

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS NA IMPLEMEN
TAÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS E DE APOIO À PRO
DUÇÃO NOS NÚCLEOS URBANOS DE APOIO RURAL
- NUAR's : O CASO DO ESTADO DE RONDÔNIA

MONOGRAFIA APRESENTADA À ESCOLA
BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

VERÔNICA MARIA MONTEIRO COSTA

RIO DE JANEIRO, 1989

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RELACIONES INTERGOVERNAMENTAIS NA IMPLMEN
TACÃO DE AÇÕES SOCIAIS E DE APOIO À PR
DUÇÃO NOS NÚCLEOS URBANOS DE APOIO RUPAL
- NUAR's : O CASO DO ESTADO DE RONDÔNIA

198907 614

T/EBAP C837r



1000054263

MONOGRAFIA DE MESTRADO APRESENTADA
POR VERÔNICA MARIA MONTEIRO COSTA

E
APROVADA EM: 27 / 2 / 89
PELA COMISSÃO JULGADORA

DIOGO LORDELLO DE MELLO
DIRETOR DE ESTUDOS

BIANOR SCELZA CAVALCANTI
PROFESSOR

FERNANDO ANTONIO REZENDE DA SILVA
PROFESSOR

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Diogo Lordello de Mello, meu orientador de estudos, aos Professores Fernando Antônio Rezende da Silva e Bianor Scelza Cavalcanti pela compreensão, apoio incondicional, orientação sábia e precisa.

À Professora Beatriz Marques de Souza Wahrlich que guiou meus passos na busca do saber durante todo o Curso de Mestrado em Administração Pública da EBAP e participou, efetivamente, da análise e apreciação da versão preliminar do presente trabalho.

Ao Governo do Estado de Rondônia, em especial aos economistas José Renato da Frota Uchôa e José Lacerda de Melo, ambos, em períodos distintos, Secretários de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a quem devo minha liberação para frequentar o Curso de Mestrado em Administração Pública da EBAP e o apoio fundamental à realização da pesquisa de campo nos NUAR's. Também, aos economistas Francisco José de Melo - Coordenador Geral do POLONOROESTE da SEPLAN-RO e Roberval de Souza - Coordenador de Modernização Administrativa - pelo interesse demonstrado facilitando o acesso aos meios necessários ao desenvolvimento deste trabalho.

À equipe de pesquisa - Charles John Conde Shockness, Tereza Neuman da Rocha Viana e Irene Quinto Bezerra - que participou efetivamente da etapa de coleta de dados nos NUAR's em Rondônia.

À Maria Helena Barbosa Corrêa a quem devo estar aqui, agora; aos meus demais amigos e aqueles que direta e indiretamente contribuíram e me incentivaram.

A todos meus sinceros agradecimentos, esclarecendo que os erros e omissões porventura existentes, no presente trabalho são de minha inteira responsabilidade.

SUMÁRIO

Pág.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

IV

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

01

CAPÍTULO II

AS RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS NO SISTEMA FEDERALISTA
BRASILEIRO

07

1. Origem e Evolução

07

1.1 O Modelo Federalista Isolacionista ou Dual

07

1.2 Novos rumos do Federalismo: O Modelo
Federalista Cooperativo

09

2. As disfunções do Atual Modelo

16

2.1 Ambiguidade

18

2.2 Dependência

19

2.3 Simetria

20

2.4 Hipercorreção

21

2.5 Hipertrofia do Poder Central

23

3. Aspectos a serem abordados: esquema
analítico

24

SUMÁRIO

Pág.

CAPÍTULO III

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA	29
1. Breve Histórico	29
2. A Consolidação do Processo de Colonização por Pequenos Produtores: O POLONOROESTE	33
2.1 Caracterização do Programa	33
2.2 Os Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado de Rondônia (PDRI-RO)	40
2.2.1 Aspectos Fundamentais	40
2.2.2 A Operacionalização: Quadro Institucional	41

CAPÍTULO IV

RONDÔNIA: AS RELAÇÕES ENTRE AS ESFERAS DE GOVERNO NA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS E DE APOIO À POPULAÇÃO NOS NUAR'S	53
1. Esquema Genérico	53
2. Subsistema de Ações Sociais	54
2.1 Educação	54
2.2 Saúde	61
2.3 Organização de Agricultores	65

SUMÁRIO

	<u>Pág.</u>
3. Sistema de Ações de Apoio à Produção	69
3.1 Assistência Técnica e Extensão Rural	69
3.2 Abastecimento de Insumos e Produção de Mudas	81
3.3 Armazenamento	86
 CAPÍTULO V	
 CONCLUSÕES	90
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
 ANEXO 01 - Demonstrativo dos órgãos/atividades executadas nos NUAR's (agosto/1986)	101
 ANEXO 02 - Demonstrativo das metas/recursos financeiros estabelecidos para a execução das atividades pelo POLONOROESTE(1985/86)	107
 ANEXO 03 - Infraestrutura de ações sociais e de apoio a produção existentes nos NUAR's (agosto/1986)	115
 ANEXO 04 - Relação de Abreviaturas e Símbolos dos principais órgãos envolvidos na operação nalização do PDRI-RO	116

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADROS

- I - Síntese das Disfunções do Sistema Federalista Brasileiro
- II - Projetos de Colonização implantados em Rondônia (1970-1981)
- III - Órgãos envolvidos na operacionalização do POLONOROESTE - 1981
- IV - Órgãos responsáveis pela operacionalização dos Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado de Rondônia (PDRI-RO) - 1981
- V - Caracterização dos componentes do subsistema de ações sociais
- VI - Caracterização dos componentes do subsistema de ações de apoio à produção
- VII - Repartição de encargos entre as esferas de governo no componente educação
- VIII - Demonstrativo da situação aluno/série nas Unidades Escolares dos NUAR's - 1985
- IX - Demonstrativo dos alunos matriculados nas Escolas de 1º grau por série nos NUAR's - 1986
- X - Repartição de encargos entre as esferas de governo no componente saúde

- XI - Demonstrativo da Infraestrutura/Recursos Humanos nos Postos de Saúde nos NUAR's - MAR/86
- XII - Repartição de encargos entre as esferas de governo no componente organização de agricultores
- XIII - Organizações assessoradas/atividades executadas pela SETRAPS no componente organização de agricultores - MAR/86
- XIV - Repartição de encargos entre as esferas de governo no componente assistência técnica e extensão rural
- XV - Demonstrativo da metodologia utilizada nos NUAR's - EMATER - Out/Dez/1985
- XVI - Demonstrativo da metodologia utilizada nos NUAR's - EMATER - Jan/Mar/1986
- XVII - Desempenho em organização social - EMATER - Out/Dez/1985
- XVIII - Desempenho em organização social - EMATER - Jan/Mar/1986
- XIX - Desempenho no sub-projeto educação sanitária - EMATER - Out/Dez/1985
- XX - Desempenho no sub-projeto educação alimentar - EMATER - Out/Dez/1985
- XXI - Repartição de encargos entre as esferas de governo no componente abastecimento de insumos e produção de mudas

- XXII - Mudanças a serem produzidas no viveiro central (1985-86)
- XXIII - Repartição de encargos entre as esferas de governo no componente armazenagem
- XXIV - Unidades Demonstrativas Comunitárias - MAR/86

TABELAS

- 01 - Estimativa de Custos do POLONOROESTE - JAN/81
- 02 - Financiamento do POLONOROESTE - JAN/81
- 03 - Número de produtores assistidos pela EMATER nos NUAR's - OUT/85/MAR/86
- 04 - Número de produtores assistidos por produtos e subprodutos com repetição - OUT/DEZ/85
- 05 - Número de viveiros individuais e comunitários - OUT/DEZ/85

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

No Brasil, após 21 anos, aconteceu o fim do regime militar. A "Nova República" representa um momento de transição política no caminho da consolidação do processo de abertura democrática.

A maneira como se processam as relações entre as três esferas de governo - União, Estados e Municípios - passa a ser assunto de constantes debates. No atual modelo federalista brasileiro a forma de repartição de encargos adotada deixa indefinido o campo de atuação de cada esfera de governo no que tange à prestação de serviços públicos. O sistema de competências concorrentes requer alto nível de coordenação para integração e cooperação no desempenho da ação governamen - tal. A distribuição de funções à mercê das forças políticas acaba por ser considerada responsável por grande parte dos problemas que atingem a atuação do poder público brasileiro.

Até o momento vários estudos foram elaborados com a intenção de estabelecer critérios para repartição de encargos, demonstrar experiências de outros sistemas federalistas e analisar as relações intergovernamentais no modelo federalista brasileiro. Esses estudos fornecem subsídios importantes para o questionamento do assunto em âmbito nacional.

Espera-se, portanto, que o presente trabalho contribua com informações concretas na reflexão sobre as relações intergovernamentais ao apresentar a experiência de distribuição de funções em um programa de desenvolvimento rural, voltado para a consolidação do processo de colonização por pequenos produtores, primordial para o Estado de Rondônia.

Para tanto, objetiva verificar e analisar como se processa a articulação entre o conjunto complexo de organismos governamentais pertencentes às 3 (três) esferas de governo - União, Estado e Municípios - na implementação de ações sociais e de apoio à produção interiorizadas através dos NUAR's, razão essencial da existência destes Núcleos como Centro de Apoio do Pequeno Produtor no Estado de Rondônia.

Nesse estudo sobre relações intergovernamentais canalizamos atenções para a repartição de encargos, a forma de atuação das esferas de governo e a integração e cooperação no desempenho da ação governamental, buscando atingir os seguintes objetivos específicos:

- . identificar a divisão de responsabilidades entre os organismos pertencentes as esferas de governo envolvidas na execução das ações sociais e de apoio à produção interiorizadas nos NUAR's;
- . verificar a forma de atuação das esferas de governo diante do esquema de repartição de encargos adotado;
- . verificar a integração e cooperação entre os organismos governamentais;
- . analisar os problemas existentes na execução das ações sociais e de apoio à produção, ocasionados pela forma de repartição de encargos adotada, à luz da questão das relações intergovernamentais no atual modelo federalista brasileiro.

Com o intuito de facilitar a análise das relações intergovernamentais, as ações sociais e de apoio à produção selecionadas foram agrupadas nos seguintes subsistemas:

1) Subsistema de Ações Sociais

- a) Educação
- b) Saúde
- c) Organização de agricultores

2) Subsistema de ações de apoio à produção

- a) Assistência técnica e extensão rural
- b) Abastecimento de insumos e produção de mudas
- c) Armazenamento

No levantamento de informações utilizamos pesquisas documental e de campo. A pesquisa de campo, realizada em agosto de 1986, abrangeu os 10 (dez) primeiros núcleos urbanos de apoio rural - NUAR's implantados em Rondônia. Nesse período estavam em funcionamento 20 (vinte) núcleos, interiorizados em áreas de grande concentração de pequenos produtores para consolidar o assentamento dirigido em áreas já colonizadas. A escolha foi efetuada considerando que a inclusão dos demais núcleos - recentemente implantados - dificultaria a obtenção de informações e pouco ou nada acrescentaria ao estudo em função da padronização imposta pelo programa. Assim, a amostra da pesquisa compreende os Núcleos cuja localização municipal e denominação podem ser melhor explicitadas na forma a seguir:

MUNICÍPIOS	NÚCLEOS
ARIQUEMES	. Auto-Paraíso
JARU	. Theobrama
	. Santa Cruz da Serra
	. Pedras Brancas
OURO PRETO	. Nova União
	. Teixeiraópolis
JI-PARANÁ	. Nova Colina
CACOAL	. Nova Brasília
ESPIGÃO D'OESTE	. Nova Esperança
ROLIM DE MOURA	. Novo Horizonte

Na pesquisa documental, realizada preliminarmente na Coordenadoria Geral do Polonoroeste da Secretaria do Estado do Planejamento e Coordenação Geral, consultamos: Relatórios de Monitoria, Planos Operativos Anuais, Convênios, etc. Na pesquisa de campo - coleta de dados primários - foram realizadas entrevistas estruturadas diretamente com os responsáveis pelos órgãos que executam ações sociais e de apoio à produção nos NUAR's selecionados. A relação direta pesquisador/pesquisado proporcionou maior consistência na coleta de informações. Durante esta etapa, financiada pelo governo de Rondônia, ocorreu a observação "in loco" da atuação dos organismos governamentais interiorizados nos NUAR's.

Diante do tratamento homogêneo imposto pelo programa revela-se no esquema institucional adotado, independente do NUAR, o mesmo comportamento das variáveis estudadas e conseqüentemente a mesma problemática decorrente das distorções ocorridas no desempenho da ação governamental. Desta forma, optamos por uma abordagem mais generalística na análise das relações entre os organismos governamentais executores dos serviços sociais e de apoio a produção nos NUAR's. Devemos ainda ressaltar a dificuldade de obtenção de dados concretos atualizados sobre a execução dos serviços, razão pela qual nos limitamos a trabalhar com as disponibilidades existentes.

Para melhor compreensão convém definirmos, a priori, os seguintes termos que permeiam o estudo realizado:

- a) Relações intergovernamentais - é a articulação entre as 3(três) esferas de governo - União, Estado e Município - na busca da integração e cooperação no desempenho das ações governamentais voltadas para a prestação de serviços públicos.

- b) Integração - atuação harmônica a nível horizontal (entre os organismos pertencentes à mesma esfera de governo) e a nível vertical (dos organismos de uma esfera de governo com os de outras esferas de governo) no desempenho da ação governamental.
- c) Cooperação - apoio ou colaboração entre organismos governamentais para execução da prestação de serviços públicos.
- d) Descentralização - delegação de poderes de uma esfera de governo para outra esfera de governo.
- e) Centralização - concentração de poderes numa única esfera de governo.

A monografia foi dividida em 4 (quatro) capítulos. O capítulo II, base teórica do presente trabalho, se detém na análise das relações intergovernamentais no sistema federalista brasileiro, destacando as disfunções existentes no atual modelo e concluindo com a montagem do esquema teórico para análise com base nos principais aspectos a serem abordados, isto é: repartição de encargos, forma de atuação e integração e cooperação. O capítulo III mostra, em síntese, a evolução e os problemas existentes no processo de colonização oficial por pequenos produtores adotado em Rondônia, bem como o surgimento e a atuação do POLONOROESTE com a intenção de minimizar as distorções. O capítulo IV, dedica-se à análise das relações entre os organismos pertencentes às 3 (três) esferas de governo - União, Estado e Município - destacando as distorções ocorridas na implementação das ações sociais e de apoio à produção nos NUAR's. O último capítulo demonstra as conclusões efetuadas diante das dificuldades existentes na operacionalização do Progra

ma do POLONOROESTE em Rondônia, a partir da questão das relações intergovernamentais abordadas no esquema teórico elaborado.

CAPÍTULO II

AS RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS NO SISTEMA FEDERALISTA BRASILEIRO

1. Origem e Evolução

1.1 - O Modelo Federalista Isolacionista ou Dual

O Federalismo, forma de governo adotada por alguns países do mundo contemporâneo, surgiu nos Estados Unidos, nos fins do século XVIII, fruto do Estado Liberal. A sua implantação no Brasil ocorreu com o advento da República, adquirindo roupagem constitucional na Carta Magna de 1891.

O Sistema Federativo caracteriza-se pela existência de "um Estado soberano formado de uma pluralidade de Estados no qual o poder do Estado emana dos Estados - membros ligados por uma unidade estatal".¹ No federalismo isolacionista brasileiro a ação governamental era vista como "produto do trabalho conjunto de três níveis distintos e nitidamente separados, conhecidos como níveis federal, estadual e municipal."²

Desta forma, o enfoque estava na ação isolada das 3 (três) esferas de governo-União, Estados e Municípios - trazendo como conseqüências o congelamento das relações intergovernamentais. A intromissão de uma esfera de governo em assuntos de outra esfera de governo era considerada inoportuna e de difícil aceitação.

¹ JELLINEK, George. *Allgemeine Staatslehre*. Berlin, ed. 1922, apud. BRASILEIRO, Ana Maria. *O Federalismo Cooperativo*. In: *Simpósio sobre Relações Intergovernamentais*. Rio de Janeiro, IBAM, 1973, p. 29.

² PETAK, W. J. *O Federalismo e as Relações Intergovernamentais*. *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, IBAM, set./out. 1972. p.24.

A "calamidade pública" propicia o surgimento das relações intergovernamentais. Isto porque, no texto constitucional de 1891, somente em caso de calamidade pública a União poderia prestar auxílio financeiro aos Estados e, estes, aos Municípios. Para tanto, seria necessário solicitação da esfera de governo interessada.

No que tange à repartição de poderes entre as esferas de governo, o campo de atuação da União e dos Municípios era restrito. Aos Estados, detentores da força política, cabiam os poderes remanescentes, isto é, aqueles que não foram atribuídos explícita ou implicitamente, à União e aos municípios.

O Município, integrante do Estado-membro, teve sua autonomia garantida em tudo que respeitasse ao seu peculiar interesse. Porém, além de não dispor do poder de tributação, a não operacionalização do conceito de peculiar interesse deixou indefinidos os encargos atinentes à esfera de governo municipal.

A Constituição de 1934, oriunda da Revolução de 1930, altera o esquema federalista vigente. Esse novo instrumento legal fortalece a União e os Municípios em detrimento dos Estados-membros, que ainda conservam os poderes residuais. Começa o processo de expansão dos poderes federais e são criados mecanismos para estimular a cooperação entre as esferas de governo federal e estadual.

No campo da cooperação intergovernamental a União passa a atuar no serviço de combate às endemias e na defesa contra os efeitos das secas do Nordeste. Surge o sistema de competências concorrentes entre a União e o Estado, ressaltando a necessidade de solidariedade entre essas esferas de governo na prestação dos serviços públicos. Além do mais, abre-se a possibilidade de celebração de acordos entre as esferas

de governo federal e estadual para execução de serviços de interesse comum.

O Município passa a ter um papel mais definido no cenário nacional. Ocorre a operacionalização do conceito de peculiar interesse, caracterizando-se mais concretamente a autonomia municipal. Inaugura-se a divisão tripartida da arrecação de tributos que estabelece campo privativo da esfera de governo municipal, e também amplia a competência tributária da União face ao Estado-membro.

Durante o Estado Novo surge a Constituição de 1937, de cunho federalista, que existiu apenas formalmente. Na prática prevaleceu o sistema unitário de governo, embora tenha sido mantida a divisão tripartida da arrecadação de tributos. Com a queda de Getúlio Vargas, em 1945, ocorre novo processo de reconstitucionalização do país.

1.2 - Novos rumos do Federalismo: O Modelo Federalista Cooperativo

A partir da Constituição de 1946 o federalismo isolacionista ou dual cede definitivamente seu lugar ao novo federalismo, também chamado cooperativo ou criador. Esta evolução levou ao estreitamento das relações intergovernamentais. A ênfase, anteriormente centrada na autonomia, desloca-se para a integração e cooperação entre as 3 (três) esferas de governo. Segundo Ana Maria Brasileiro, tomou-se consciência de que "a atuação de uma esfera de governo afeta outra esfera de governo e, em última instância, ao indivíduo, que é a razão essencial da existência do governo".³

³BRASILEIRO, Ana Maria. O Federalismo Cooperativo. In: *Simpósio sobre as Relações Intergovernamentais*. Rio de Janeiro, IBAM, 1973, p. 45.

Para Diogo Lordello de Mello as razões básicas que conduziram ao estreitamento das relações intergovernamentais e, concomitantemente, ao delineamento desse novo modelo federalista foram:

- "a) o crescente aumento, em volume e complexidade, das funções do poder público, o que exige revisão da divisão do trabalho governamental, geralmente atribuindo-se mais funções às coletividades territoriais inferiores;
- b) a também crescente interdependência das coletividades político-administrativas no plano interno, do mesmo modo que está ocorrendo no plano internacional;
- c) a necessidade de articulação cada vez maior entre as diferentes esferas de governo de um país, e as de mesmo nível para atender a divisão racional das competências, para tornar possível a cooperação, para cimentar aquela interdependência e para maior envolvimento das coletividades menores no processo de desenvolvimento econômico-social".⁴

O modelo federalista cooperativo brasileiro delineado pela Constituição de 1946 - centralizadora e municipalista - amplia o campo de competência da União e fortalece a autonomia municipal.

A força centrífuga de centralização de poder - em cargos e recursos - na União, acarreta o crescimento de sua máquina administrativa. A União canaliza para si a orientação do processo de construção nacional em prol do desenvolvimento, buscando reduzir as discrepâncias regionais. Além disto cabe-lhe: a defesa permanente contra os efeitos das secas, das endemias rurais e das inundações; a prestação de socorro dos Estados em calamidade pública, sem que seja necessária so

⁴ MELLO, Diogo Lordello. Federalismo e Relações Intergovernamentais. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, IBAM, set./out. 1975, p. 56.

licitação; e a cooperação mediante auxílio pecuniário para o desenvolvimento do sistema de ensino dos Estados e do Distrito Federal.

O fortalecimento da autonomia municipal configura-se, a nível político, pela eleição do prefeito e vereadores e, a nível administrativo, pela gestão dos serviços públicos e dos tributos de sua competência. A base financeira da esfera de governo municipal foi ampliada em função das fontes de receitas próprias e da participação na partilha dos impostos federais e estaduais.

No entanto, o Município continua sem condições financeiras para desempenhar a contento os encargos de contraparte da União na ação governamental. Ainda mais, os Estados-membros - detentores dos poderes remanescentes - passam a necessitar de recursos financeiros da esfera de governo federal, o que os torna enfraquecidos politicamente.

Nesse contexto, a articulação entre as esferas de governo passa a ser vista como primordial no desempenho eficiente e eficaz da ação governamental. São criados mecanismos de integração e cooperação para equilibrar o poder da União e a autonomia estadual e municipal, destacando-se:

- a) o fortalecimento do sistema de competências con^{correntes} abrangendo as 3 (três) esferas de go^{verno}-União, Estado e Municípios - na prestação dos serviços públicos;
- b) a instituição do regime de contrapartida estadu^{al} e municipal;
- c) a criação do sistema de rendas transferidas - com a participação dos Estados e Municípios na partilha dos impostos federais, ressaltando-se a regulamentação do Fundo Rodoviário Nacional e

a instituição do Fundo Federal de Eletrificação e do Fundo Nacional de Mineração;

- d) a cessão de funcionários federais para execução de leis e serviços estaduais, bem como a delegação a funcionários estaduais de atribuições da União, desde que esta repasse os recursos necessários;
- e) o surgimento de organismos federais para desenvolver ações em prol do desenvolvimento regional, como: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (donde surgiu a SUDAM), o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (que originou a SUDENE), a Comissão do Vale do São Francisco e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

A Revolução de 1964, consequência da crise econômica e social, ocasiona mudanças profundas nas forças políticas do país. Toma posse um governo autoritário e militarista. Em nome da eficiência, da racionalidade e da moralidade, adotam-se medidas que privilegiam o Poder Executivo e, dentro dele, a União como esfera propulsora do desenvolvimento, principalmente econômico. Esta centralização excessiva conduz ao apogeu dos poderes federais.

A máquina burocrática federal se expande em proporções nunca imaginadas, passando a penetrar em todos os setores econômicos e administrativos do país. A hegemonia financeira da União - detentora de grande volume de recursos orçamentários e extra-orçamentários - torna os Estados e Municípios cada vez mais dependentes de receitas transferidas. Os Municípios, antes reforçados pelo legislador de 1946, passam a ter suas competências subtraídas, em favor do Estado-membro.

A distribuição desigual da capacidade de execução fortalece ainda mais as relações intergovernamentais. Criam-se novos mecanismos para assegurar a coordenação e integração das 3 (três) esferas de governo na prestação dos serviços à comunidade. Dentre as medidas preliminares adotadas no de lineamento desse modelo federalista destacamos:

- a) manutenção do sistema de competências concorrentes entre as 3 (três) esferas do governo;
- b) redução da competência tributária própria do Es tado e Município;
- c) aprimoramento e ampliação do sistema de rendas transferidas, destacando-se a instituição do Fundo de Participação dos Estados e Municípios;
- d) participação efetiva dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Conselhos de Contas dos Municípios na fiscalização financeira dos Municípios, emitindo parecer prévio sobre as contas municipais;
- e) ampliação das hipóteses de intervenção da União nos Estados, e dos Estados nos Municípios;
- f) estabelecimento de normas rígidas e padronização legal obrigatória como instrumento de con trole;
- g) criação de Regiões Metropolitanas, atuando como organismos estaduais;
- h) surgimento de novos organismos federais voltados para o desenvolvimento regional e para co mandar programas em atuação conjunta com as de mais esferas de governo;

- i) institucionalização do Sistema Nacional de Planejamento como instrumento de articulação entre as esferas de governo, desenvolvendo atividades de planejamento, programação e modernização administrativa;
- j) ampliação das normas de padronização orçamentária e contábil, bem como utilização do orçamento como instrumento de planejamento;
- k) institucionalização da função de articulação central, com a criação da Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios - SAREM, no Ministério do Planejamento.

Devemos ressaltar que, na operacionalização da articulação entre as esferas de governo, a Secretaria de Articulação com os Estados e os Municípios - SAREM, atuando dentro da concepção do Sistema Nacional de Planejamento, possui as seguintes atribuições:

- a) prestar assistência técnica aos Estados e, através deles, aos Municípios, nas áreas de planejamento, orçamento e modernização administrativa;
- b) identificar projetos de desenvolvimento de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios para efeito de financiamento;
- c) compatibilizar e integrar o planejamento da ação dos Estados ao do governo federal e dos Municípios.⁵

⁵ BRASILEIRO, Ana Maria. *O Federalismo Cooperativo*. In: *Simpósio sobre Relações Intergovernamentais*. Rio de Janeiro, IBAM, 1973, p. 52.

Os principais atos legais que abordam as medidas acima mencionadas no campo das relações intergovernamentais são: a Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº 18, de 01.12.1965); o Código Tributário Nacional (Lei nº 5172, de 25.10.66); a Constituição de 1967; a Emenda Constitucional nº 1, de 17.10.69 (Constituição de 1969); a Reforma Administrativa (Decreto Lei nº 200/67); o Decreto Federal nº 71.353, de 09.11.72 (Dispõe sobre o Sistema Nacional de Planejamento); e as Leis Complementares nº 14/73 e nº 24/74 (Dispõem sobre as Regiões Metropolitanas).

Na evolução do sistema federalista ocorrem ciclos de centralização x descentralização do poder. A partir do governo Geisel inicia-se um novo ciclo de descentralização, em decorrência do processo de abertura democrática e da incapacidade administrativa do aparato federal desempenhar o imenso volume de atribuições assumidas.

A redemocratização do país acarreta o fortalecimento do Poder Legislativo. A autonomia política das esferas de governo estadual e municipal passa a ser reforçada com a eleição direta dos governadores (anteriormente praticamente nomeados pelo Presidente da República) e dos Prefeitos dos Municípios das Capitais, de fronteira e de Segurança Nacional.

O discurso de reforma administrativa do atual governo da Nova República estabelece como princípios básicos a redução da máquina burocrática federal e a descentralização da execução dos serviços públicos para os Estados e Municípios. Como exemplo, a Reforma Sanitária propõe o processo de estadualização e municipalização dos serviços de saúde.

Com a reconstitucionalização do país busca-se um maior equilíbrio federativo. A questão da repartição de en cargos e recursos entre as esferas de governo vem sendo am plamente debatida em âmbito nacional. Os governadores e prefeitos formam grupo de pressão no sentido de uma reforma tributária que, harmonizada com a descentralização de compe tências, fortaleça as esferas de governo estadual e muni cipal.

2. As Disfunções do Atual Modelo

Não há dúvida que o modelo federalista brasileiro deu vários passos no sentido da racionalidade, da integra ção e da cooperação, a fim de garantir o desempenho eficien te e eficaz da ação governamental. No entanto, existem dis funções que necessitam ser corrigidas.

O crescimento exacerbado do poder central põe em risco o sistema federativo, que pressupõe a existência de esferas de governo autônomas, ou seja, com capacidade de ação e decisão. Isto requer o repensar do poder central co mo esfera de governo, propulsora de desenvolvimento econômi co e social, voltada para as ações de planejamento, coorde nação, integração e segurança em âmbito nacional. É neces sária a redefinição clara do campo de atuação, tanto da Uni ão como das demais esferas de governo. Esta descentraliza ção deve proporcionar a descentralização de encargos e re cursos, fortalecendo a autonomia dos Estados e Municípios e resgatando o equilíbrio federativo.

O professor Diogo Lordello de Mello, em trabalhos publicados sobre o sistema federalista brasileiro, ressalta as se guintes disfunções: ambigüidade, dependência, simetria, hipercorreção

e hipertrofia do poder central.⁶ Para demonstrar as causas e conseqüências destas disfunções elaboramos o quadro 1 a seguir:

QUADRO I

SÍNTESE DAS DISFUNÇÕES DO SISTEMA FEDERALISTA BRASILEIRO

Disfunções	Causas	Conseqüências (Problemas)
Ambigüidade	Sistema de competências concorrentes	a. Duplicação ou Triplicação de esforços b. Desperdício de recursos c. Falta de atendimento das necessidades da comunidade d. Competição estéril e. Conflitos de jurisdição e indefinição de responsabilidades
Dependência	Concentração da receita tributária na esfera federal	a. Escassez de recursos a nível estadual e municipal b. Marginalização progressiva dos municípios mais pobres c. Diminuição do grau de previsibilidade dos Estados na alocação de recursos d. Pressão para os Estados assumirem funções das quais não tem capacidade para se desincumbir
Simetria	Padronização legal obrigatória para os Estados e Municípios	a. Inobservância das prioridades e peculiaridades locais b. Apóia ainda mais a ambigüidade
Hipercorreção	Legislação federal modernizante hipercorreta para a realidade brasileira	a. Tecnificação excessiva e inadequada à realidade administrativa b. Incapacidade administrativa para cumprimento das Leis c. Dificuldades para obtenção de recursos d. Aumenta as disparidades regionais

⁶ MELLO, Diogo Lordello de. O Município na Organização Nacional. Rio de Janeiro, IBAM, 1971.

QUADRO ISÍNTESE DAS DISFUNÇÕES DO SISTEMA FEDERALISTA BRASILEIRO

Disfunções	Causas	Consequências (Problemas)
Hipertrofia do Poder Central	Concentração de encargos na esfera federal	a. Gigantismo da máquina burocrática federal b. Irrracionalidade administrativa c. Redução do campo de atuação dos Estados e Municípios d. Acarreta conflitos, competição, duplicação de esforços e dispersão de recursos, etc. e. Aumenta ainda mais a dependência

Para melhor esclarecer essas disfunções e fornecer subsídios para análise das relações intergovernamentais, procuramos acrescentar algumas informações a respeito dos tópicos acima expostos.

2.1. Ambigüidade

A síndrome da ambigüidade é ocasionada pelo sistema de competências concorrentes. Esta forma de repartição de encargos foi adotada inicialmente pela Constituição de 1934, para reforçar a solidariedade entre as esferas de governo federal e estadual. Atualmente, o sistema de competências concorrentes abrange as 3 (três) esferas de governo - União, Estados e Municípios - atingindo principalmente as atividades ligadas à prestação dos serviços sociais, isto é educação, cultura, saúde, promoção social, etc. Nesse sistema, a prestação dos serviços públicos, regra geral, pode caber a uma das três esferas de governo, ou a todas elas ao mesmo tempo.

A inexistência de definição precisa do papel de cada esfera de governo na prestação dos serviços públicos acarreta consequências negativas, como: duplicação ou triplicação de esforços; competição; conflitos; irresponsabilidades; e dispersão de recursos escassos. Isto porque a aplicação eficaz do sistema de competências concorrentes requer um elevado nível de coordenação e integração da ação governamental, que se contrapõe com o próprio princípio de autonomia implícito no sistema federalista.

A nível da administração urbana, observa-se uma multiplicidade de organismos federais e estaduais atuando em funções tipicamente locais. A criação das Regiões Metropolitanas acirra ainda mais esta situação, pois de fato atuam com organismos estaduais, sendo responsáveis pelos serviços de planejamento integrado, saneamento básico (água, esgotos e limpeza pública), uso do solo metropolitano, transporte e sistema viário, produção e distribuição de gás combustível canalizado, aproveitamento de recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

A duplicação ou triplicação de esforços e a dispersão de recursos, dentre outras consequências negativas, aparecem principalmente nas ações de saúde e educação. No campo da saúde, a reforma sanitária, atualmente em implantação, busca minimizar os problemas gerados pelo sistema de competências concorrentes, criando mecanismos de coordenação adequados, definindo o papel de cada esfera de governo, além de descentralizar a execução das ações para as esferas de governo estadual e municipal.

2.2 - Dependência

A síndrome de dependência, de caráter essencialmente financeiro, decorre da visão de que a União, como esfera de governo propulsora do processo de desenvolvimento, deverá

dispor de maior volume de recursos com a finalidade de diminuir as discrepâncias regionais. O intuito era possibilitar a distribuição equitativa de recursos para que os Estados mais ricos colaborassem auxiliando os Estados mais pobres.

Porém, a supercentralização de recursos na esfera de governo federal acaba penalizando os Estados e Municípios que, cada vez mais pobres, passam a sobreviver às expensas de recursos transferidos, inclusive transferências negociadas. Como o poder está na razão direta do volume de recursos, geram-se inúmeros problemas decorrentes da supercentralização e domínio do poder federal. Para atenuar a incapacidade financeira dos Estados e Municípios no desempenho da ação governamental criam-se cada vez mais mecanismos de auxílio e subvenções.

Diante da escassez de recursos, as esferas de governo estadual e municipal têm sua autonomia enfraquecida. O Poder Central compra o direito de determinar e supervisionar as atividades, exercendo coação e estabelecendo prioridades que, em função da padronização, muitas vezes não atendem às necessidades da comunidade local.

Para restabelecimento da federação torna-se imprescindível a revisão da partilha tributária, restituindo aos Estados e Municípios recursos e autonomia para sua aplicação. A situação atualmente vigente, de centralização da receita tributária na esfera federal, favorece conchavos, com concessão de favores especiais para causas e interesses particulares.

2.3 - Simetria

Por detrás da síndrome da simetria está a idéia da facilidade de controle. A padronização legal imposta pela

esfera de governo federal atinge desde a prioridade de gastos até a forma de organização dos serviços.

Essa simetria organizacional pode ser observada tanto a nível estadual como a nível municipal. A esfera de governo estadual imita as formas organizacionais adotadas pelos órgãos e entidades federais, muitas vezes inadequadas à sua realidade, em decorrência da crença natural na superioridade das decisões técnicas ou, então, da tentativa de captar recursos da União para execução de determinados programas a nível estadual. A esfera de governo municipal imita as entidades estaduais; além disto, a Lei Orgânica dos Municípios impõe a mesma forma de organização padronizada, independentemente das particularidades dos governos locais.

A padronização legal imposta à esfera de governo municipal atribui a qualquer Município a mesma forma de governo, os mesmos poderes, as mesmas atribuições e as mesmas funções. Esse tratamento simétrico agrava ainda mais a posição ambígua do Município inviabilizando a sua atuação satisfatória na prestação dos serviços públicos, pois sejam eles pobres ou ricos, grandes ou pequenos, rurais ou urbanos estão condicionados à mesma forma de atuação, com a mesma vasta competência para executar tudo o que for de seu peculiar interesse e a mesma irresponsabilidade para não executar tudo o que não quiser.

2.4 - Hipercorreção

A síndrome da hipercorreção se refere à produção de uma legislação federal modernizante hipercorreta, isto é, cujas atitudes, comportamentos e ações modernizantes exigidas são incompatíveis com a realidade administrativa de grande parte dos Estados e Municípios.

Ao longo de nossa história sempre ocorreram mudanças administrativas indispensáveis ao funcionamento da máquina burocrática governamental. Porém, somente no Estado Novo, em 1938, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, foi empreendido o primeiro esforço global de aperfeiçoamento da administração federal. Na busca da modernização, devido à ausência de investigação administrativa própria, importou-se da teoria americana uma visão de eficiência relacionada com a padronização de atividades, a implantação do sistema de mérito e a centralização.

A partir de então começaram a surgir Leis, como o Decreto Lei nº 2416 de 1940, substituído pela Lei nº 4320 de 1964, a Lei nº 5176 de 1966 (Código Tributário Nacional), o Decreto Lei nº 200/67, além de inúmeros dispositivos constitucionais e atos complementares para inovar nossas instituições públicas. Isto porque, diante do volume e complexidade das ações assumidas pelo estado, torna-se fundamental a modernização do aparato governamental como suporte básico do processo de desenvolvimento. O Decreto Lei nº 200/67 se constitui no primeiro esforço vitorioso de consolidar, num instrumento legal, normas, diretrizes e princípios destinados à reforma com o intuito de dinamizar o funcionamento da máquina administrativa governamental brasileira.

Embora rica de intenções a legislação produzida pela elite modernizante muitas vezes não passou de ensaios inadequados. Inúmeros foram os obstáculos organizacionais encontrados nas administrações estaduais, sobretudo municipais, em decorrência da carência de pessoal técnico-administrativo capaz de decodificar e operacionalizar certas técnicas e conceitos. Mesmo no caso onde estão em jogo interesses em função de transferências financeiras, como por exemplo do FPM, torna-se impossível para determinados Municípios atender às exigências.

As medidas hipercorretas conduzem à tecnificação excessiva e à marginalização progressiva, sendo desastrosas à atuação satisfatória da ação governamental. Por outro lado, devemos ressaltar que, qualquer política de descentralização requer um programa de assistência técnica de modo a capaci-tar os órgãos governamentais envolvidos para que todos possam cumprir o seu papel e adotar medidas apropriadas ao desenvolvimento nacional.

2.5 - Hipertrofia do Poder Central

O crescimento exacerbado da máquina burocrática federal decorre do acúmulo de responsabilidades executivas, que acaba funcionando como entrave à racionalidade administrativa. A União, detentora dos recursos financeiros, passa a executar a maioria dos serviços públicos diante da indefinição do campo de atuação das esferas de governo, provocada pelo sistema de competências concorrentes. Respalda esta situação a crença de que os Estados, e principalmente os Municípios, não são capazes de executar a contento determinados serviços públicos.

O gigantismo do aparelho federal se manifesta ainda mais em função da especialização, que provoca o desdobramen-to de uma organização em diversas organizações encarregadas de realizar atividades anteriormente concentradas. No âmbito da esfera de governo federal, a proliferação de organizações conduz à ineficiência institucional, que se manifesta pela superposição de objetivos, deficiência da amplitude de controle, imprecisão de responsabilidades e competição interorganizacional. Esta situação se agrava em função da imitação do modelo federal pelos Estados e destes pelos Municípios.

A concorrência, ou paralelismo, evidencia-se no desempenho da ação governamental, tanto a nível interno das es

feras de governo quanto dos órgãos de uma esfera de governo com órgãos de outra esfera de governo. Até mesmo os organismos encarregados da ação de planejamento global, regional e setorial, acabam por promover superposições, acarretando conflitos tanto a nível central como em suas relações com os Estados e Municípios.

A dispersão de recursos chega a proporções calamitosas se levarmos em consideração os custos financeiros para manter em funcionamento o aparato governamental. Desta forma, impõe-se urgentemente uma reforma administrativa ampla, que promova a concentração de esforços e descentralize tarefas que seriam melhor executadas pelas esferas de governo estadual e municipal.

3. Aspectos a serem abordados: esquema analítico

Considerando a inexistência de um referencial teórico básico mais rico para análise das relações intergovernamentais, procuramos elaborar um esquema analítico que nos proporcione explicitar concretamente a articulação entre as esferas de governo no desempenho das ações governamentais voltadas para a prestação de serviços públicos.

De acordo com a atual Constituição da República Federativa do Brasil, a divisão de competências entre as esferas de governo ocorre da seguinte maneira: à União cabem os poderes explicitamente estabelecidos no Art. 89, dentre outros dispositivos constitucionais; aos Estados, segundo o § 1 do Art. 13, foram atribuídos os poderes remanescentes; o Município ocupa o terceiro grau na hierarquia federativa, possuindo, segundo o Artigo 15, autonomia para administrar os tributos de sua competência e organizar os serviços públicos locais.

Esses dispositivos constitucionais sedimentam o sistema de competências concorrentes que, como vimos anteriormente, possibilita a execução da prestação de serviços públicos por qualquer das três esferas de governo ou por todas elas ao mesmo tempo. Para melhor analisar a participação efetiva de cada esfera na prestação de serviços públicos dividiremos as ações governamentais nas etapas a seguir:

- a) Planejamento - formulação de diretrizes, objetivos, metas e padrões mínimos a serem atingidos;
- b) Coordenação - estabelecimento das relações entre os organismos para harmonização e/ou integração das ações a serem executadas;
- c) Execução - responsabilidade pela administração e manutenção;
- d) Controle - verificação, a nível administrativo, do cumprimento das normas e padrões, bem como do funcionamento dos serviços e das metas estabelecidas;
- e) Avaliação - feedback para aperfeiçoamento do desempenho do processo, conduzindo para que o resultado ocorra de conformidade com o planejamento efetuado.

Na abordagem sobre repartição de encargos devemos ressaltar que a comunicação entre as 3 (três) esferas de governo para a prestação de serviços públicos se processa de acordo com o fluxo a seguir:

União ↔ Estados

Estados ↔ Municípios

União ↔ Municípios

Diante desse conjunto complexo de relações intergovernamentais as esferas de governo, ao executarem os serviços públicos, podem assumir as seguintes formas de atuação:

- 1 - atuação exclusiva - no caso em que uma única esfera de governo assume a totalidade dos encargos referentes à execução do serviço público;
- 2 - atuação conjunta - quando duas ou mais esferas de governo compartilham, de forma não residual, da execução do serviço;
- 3 - atuação concorrente - quando duas ou mais esferas de governo promovem isoladamente a execução do mesmo serviço público.

Daí, então, que a atuação exclusiva exige qualquer outra esfera de governo da responsabilidade pela administração e manutenção dos serviços, embora seja ressaltada a necessidade de integração intergovernamental.

A atuação concorrente, vista como disfuncional, ocasionada pela falta de articulação-integração e cooperação - entre as esferas de governo, gera inúmeros problemas tais como: competição estéril, duplicação ou triplicação de esforços, dispersão de recursos, etc.

No atual modelo federativo a integração e a cooperação intergovernamentais tornam-se primordiais à eficiência e eficácia da ação governamental. Assim, diante da multiplicitude de órgãos pertencentes às 3 (três) esferas de go

verno voltadas para a execução dos serviços públicos, a integração e a cooperação devem ser abordadas em duas dimensões:

- a) dimensão horizontal - dos órgãos de uma mesma esfera de governo ;
- b) dimensão vertical - dos órgãos de uma esfera de governo.

A cooperação intergovernamental, fruto do reconhecimento de que a capacidade de execução é distribuída desi - gualmente entre as esferas de governo, pode assumir as se guintes formas, para propiciar o desempenho positivo na pres tação dos serviços públicos:

- 1 - colaboração na prestação de serviços públicos através de:
 - a) prestação direta dos serviços públicos;
 - b) complementação de recursos humanos, mate riais e financeiros para prestação de servi ços públicos;
 - c) consórcios e convênios que disciplinam a participação de cada esfera de governo, unem esforços e asseguram a coordenação.
- 2 - Assistência técnica, assumindo forma de consul tas, treinamento e estágios, bolsas de estudo, programas de informações e intercâmbio, elaboração de projetos, etc.
- 3 - Transferência financeira sendo efetuada atra - vés de mecanismos constitucionais que determinam a partilha dos tributos, bem como auxílios, subvenções e empréstimos não abrangidos no tex to constitucional.

A contrapartida se configura como a cessão de algum tipo de recursos considerados necessários para a execução de determinado serviço por uma das esferas de governo ou para a conjugação de esforços entre ambas. Em qualquer das formas de atuação - exclusiva, conjunta ou concorrente - a contrapartida pode ser exigida como condição essencial à execução do serviço.

Os procedimentos para a prestação de serviços podem ser formalizados ou informais. A formalização facilita a coordenação e controle da execução. O sistema de controle, bem como o planejamento e a avaliação, são essenciais no processo de descentralização.

Na elaboração desse esquema analítico utilizamos como subsídios os seguintes documentos que constam das referências bibliográficas:

- a) No que se refere à repartição de encargos entre as esferas de governo, ver SILVA, Fernando Antônio Rezende da e BRASILEIRO, Ana Maria. A repartição de encargos entre níveis de governo. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, FGV, set./out. 1984, p. 66-87.
- b) Na questão da integração e cooperação, ver BRASILEIRO, Ana Maria. O Federalismo Cooperativo. In: Simpósio sobre Relações Intergovernamentais. Rio de Janeiro, IBAM, 1973, p. 60-70.
- c) Na montagem do fluxo de prestação de serviços e da forma de atuação ver INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Pesquisa sobre Relações Intergovernamentais: o Estado e o Município. Rio de Janeiro, IBAM, 1974, p. 23-25 e 29-30.

CAPÍTULO III

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA

1. Breve Histórico

O Território Federal de Rondônia foi transformado numa nova unidade da federação - o Estado de Rondônia - em 31 de dezembro de 1981. Considerado uma fronteira agrícola em expansão, possui atualmente a mais alta taxa de crescimento demográfico do país. O seu desenvolvimento é observado a través de indicadores sócio-econômicos na área de agricultura.

Tradicionalmente a ocupação de Rondônia ocorreu às margens dos rios Madeira e Mamoré, proporcionando o surgimento dos dois primeiros municípios: a capital Porto Velho e Guarájá-Mirim. As atividades ali baseiam-se no extrativismo e na agricultura de subsistência. O outro mais recente e dinâmico processo de ocupação abrange as áreas situadas ao longo da Rodovia BR-364 - de Porto Velho a Vilhena - onde se desenvolveu uma agricultura comercial em pequenas propriedades, principal responsável pelo desenvolvimento econômico rondoniense.

Esse processo recente de ocupação ao longo da BR-364 (Cuiabá - Porto Velho) iniciou-se na década passada, a partir das diretrizes federais de ocupação de áreas fronteiriças e desconcentração populacional dos grandes centros. Isto porque, no período do chamado surto desenvolvimentista do país, o estreitamento de oportunidade de trabalho e acesso à terra ocasionou grandes expulsões de mão-de-obra rural da região centro-sul.

A partir de 1970, com o objetivo de ordenar o assentamento dos primeiros migrantes rurais que adentravam Rondônia, o Governo Federal, através do Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA, promoveu a implantação e vários projetos de colonização para pequenos produtores (QUADRO II).

QUADRO II

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO IMPLANTADOS EM RONDÔNIA
(1970 - 1981)

Período	Projetos	Tipos de Colonos	Órgãos/Atuação			
1970	Projetos Integrados de Colonização (PIC's)	Agricultores de baixa-renda	INCRA	Responsabilidade total pela implementação, desde assentamento até saúde, educação, etc.		
1975	Projetos de Assentamento Dirigido (PAD's)	Colono com o mínimo de conhecimento agrícola e recursos financeiros	INCRA	Organização Territorial e infraestrutura		
1979	Projetos de Assentamento Rápido (PAR's)	Colonos em Geral	Ge INCRA	Demarcação dos Lotes		
1981	Projeção de Ação Conjunta (PAC's)	Colonos em Geral	Ge INCRA	Demarcação dos Lotes		
			Governo de Rondônia	Prestação de Assistência Técnica e Infraestrutura de Apoio Rural		

Com o aumento do fluxo migratório, estimulado pela existência de extensas áreas de terras devolutas de boa qualidade, o INCRA tornou-se incapaz de atender satisfatoriamente à alta demanda de lotes rurais. A partir de 1979 o seu papel limitou-se à demarcação de lotes, e outros organismos territoriais e federais passaram a atuar na implementação dos projetos de colonização.

O governo de Rondônia, preocupado com a drástica situação de carências básicas do pequeno produtor, começou a assumir um papel mais ativo no processo de colonização. Em 1980, foi criada a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia - CODARON, para gerir um conjunto de empreendimentos no setor primário. Em 1981 a CODARON atuou na implementação dos Projetos de Ação Conjunta - PAC's, prestando assistência técnica e infra-estrutura de apoio rural.

O modelo de colonização por pequenos produtores adotado em Rondônia é considerado o de maior êxito comparado com outros projetos de colonização da Amazônia, oriundos do Plano de Integração Nacional - PIN. Foram assentadas 52.510 famílias até o segundo semestre de 1981 e os resultados econômicos são satisfatórios.

No entanto, abordando de maneira abrangente a organização do espaço e urbanização de Rondônia, inúmeros são os problemas econômicos e sociais gerados pelo crescimento incontrolado e desordenado da região. Entre 1970 e 1980 a população explode assustadoramente de 113.659 para cerca de 980.000 habitantes. Evidenciam-se as distorções pela existência de aproximadamente 16.000 famílias que aguardam assentamento e vivem nas periferias de Porto Velho e dos projetos de colonização.

Durante o processo de crescimento das cidades a de manda de bens, serviços e infra-estrutura não pôde ser atendida satisfatoriamente. O governo do Território não dispunha de recursos suficientes nem de poder para influenciar as decisões de investimentos ou simples ações dos organismos fede rais autorizados a intervir na região. A maior parte destes organismos tinham suas programações setoriais definidas isola damente, trazendo conseqüências negativas ao desempenho da ação governamental. A concorrência ou paralelismo, arrastou os investimentos para os mesmos pontos, que muitas vezes não eram prioritários, agravando ainda mais as distorções.

Os serviços de apoio e ações mais urgentes de governo convergiam para os núcleos urbanos, nascidos em função dos centros administrativos dos projetos de colonização, ao longo da rodovia BR - 364. À medida que os pequenos produtores se distanciavam destes núcleos urbanos inexistiam condições míni mas de sobrevivência. A distribuição desigual dos serviços públicos, imposta burocraticamente a uma sociedade nascente , passou a atingir questões de saúde, educação, promoção social e mesmo segurança.

Quanto aos aspectos de ordem econômica podemos res saltar que grandes extensões de áreas produtivas, de reconhe- cidas potencialidades agrícolas, já densamente ocupadas, não estão produzindo aquilo de que são capazes. As expectativas de grande quantidade de pequenos produtores vêm-se frustrando, pois, sem vias de acesso e título permanente, se descapitali- zam rapidamente tendendo ao abandono das terras e ao reinício do êxodo rural.

Enfim, a inexistência de integração e cooperação en tre os organismos governamentais voltados para o atendimento das necessidades básicas dos pequenos produtores, em um pro cesso de colonização por pequenos produtores, gerou graves distorções. A drástica situação de carências básicas impõe medidas governamentais para conceder ao regional as mínimas

condições sem as quais a vida humana não é digna.

2. A Consolidação do Processo de Colonização por Pequenos Produtores: O Programa do Polonoroeste

2.1 - Caracterização do Programa

Para corrigir as distorções surgidas no processo de colonização oficial ao longo da rodovia BR-364 (Cuiabá- Porto Velho), sobretudo em Rondônia, o governo federal instituiu o Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste - POLONOROESTE. O Programa abrange toda a área de influência desta rodovia, ou seja, o oeste e noroeste do Estado de Mato Grosso (municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Cárceres, Mirassol d'Oeste, Barra do Bugres, Pangará da Serra, Vila Bela da Santíssima Trindade e a parte do rio Roosevelt no Município de Napuaná e o Território Federal de Rondônia.

O Polonoroeste tem por finalidade promover o desenvolvimento da região, consolidando os projetos de colonização já implantados e apoiando a colonização de novas áreas. A preocupação governamental estava centrada no agravamento das pressões sociais, e suas conseqüências políticas, advindas das carências de infra-estrutura urbana, serviços sociais e de apoio à produção, bem como das oportunidades de acesso a terra e a emprego. Somavam-se a esses problemas a precariedade da rodovia BR-364 (Cuiabá - Porto Velho), principal via de acesso e escoamento da produção. Daí que para implementação do programa foram estabelecidas as seguintes ações:

- "I - reconstrução e pavimentação da rodovia Cuiabá - Porto Velho ;

- II - construção e consolidação de estradas vici
nais alimentadoras e coletoras;
- III - implantação e consolidação de projetos inte
gradores de colonização e assentamento diri
gido;
- IV - execução de serviços de regularização fun
diária;
- V - apoio às atividades produtivas (pesquisa e
experimentos agrícolas, assistência técnica
e extensão rural, crédito, armazenamento e
comercialização, bem como à expansão dos
serviços sociais (educação e saúde) e à me
lhoria na infra-estrutura de pequenas comu
nidades rurais; e
- VI - preservação do sistema ecológico e apoio
às comunidades indígenas".⁷

Essas ações refletem o esforço governamental no sentido de promover o ordenamento do processo de ocupação e o fortalecimento do setor agrícola. Sabe-se, de antemão, que a reconstrução e pavimentação da rodovia BR-364 (Cuiabá - Porto Velho), essencial ao desenvolvimento e integração da região à economia nacional, facilita o acesso, acirrando o intenso e desordenado fluxo migratório existente. Medidas foram delineadas com o propósito de disciplinar e racionalizar o processo de ocupação, conduzindo o assentamento dos migrantes para áreas de comprovadas potencialidades agríco-

⁷ GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA. Secretaria de Planejamento. *Resumo Sintético do Polonoroeste*. Porto Velho, 1951, p. 5.

las. Procurou-se evitar, deste modo, a ocupação desordenada de terras mais pobres, o desperdício de madeiras valiosas, a invasão de terras indígenas e naturais e a concentração de terras.

Na primeira etapa do programa as ações de desenvolvimento rural estão voltadas para as áreas de grande concentração de pequenos produtores nos projetos de colonização anteriormente implantados. Posteriormente, a implantação de novas colônias promove a expansão do processo de assentamento dirigido, atendendo cerca de 30.000 famílias em Rondônia e Mato Grosso.

A estratégia adotada busca o equilíbrio social e ambiental. Dentro deste prisma revela-se uma enorme preocupação com a preservação do sistema ecológico e com o apoio a comunidades indígenas.

O Decreto Presidencial nº 86029, de 27 de maio de 1981, define os recursos e o período de implantação do programa entre 1981 e 1985. O custo total estimado preliminarmente foi de cerca de US\$1,55 bilhão. Espera-se reestimar os custos na etapa inerente aos novos assentamentos que representa 24% do montante total de recursos, conforme previsão demonstrada na Tabela nº 1 a seguir:

TABELA Nº 1

ESTIMATIVA DE CUSTOS DO POLONOROESTE (CUSTOS BÁSICOS
CALCULADOS EM JANEIRO DE 1981)

COMPONENTE	(MILHÕES DE US\$)	% DO TOTAL
A. TRANSPORTES		
A.1 - Rodovia Cuiabá- Porto Velho	448,6	41,6
A.2 - Fortalecimento do Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia	30,7	2,8
A.3 - Estradas alimentadoras	91,3	8,5
B. COLONIZAÇÃO DE NOVAS ÁREAS	261,5	24,2
C. SERVIÇOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	8,6	0,8
D. DESENVOLVIMENTO RURAL		
D.1 - Rondônia	104,0	9,6
D.2 - Mato Grosso	56,8	5,3
E. COMPONENTES AMBIENTAIS		
E.1 - Florestas e Reservas	8,9	0,8
E.2 - Pesquisa Ecológica	7,0	0,6
F. PROJETO DE SAÚDE DE RONDÔNIA	24,7	2,3
G. PROTEÇÃO DE COMUNIDADES INDÍGENAS	26,6	2,5
H. ADMINISTRAÇÃO	10,1	1,0
Custo Básico Total	1.078,8	100,0
Provisão para Excesso de Custos	136,4	
Provisão para Aumento de Preços	332,8	
TOTAL	1.548,0	

FONTE: MINTER/SUDECO ⁸

⁸ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE (SUDECO).
POLONOROESTE. Relatório de Avaliação Técnica. Primeira fase. Brasília,
Jan. 1981.

Diante da estimativa efetuada, US\$448,6 milhões ou seja, 41,6% dos custos do Programa estão destinados à reconstrução e à pavimentação da Rodovia BR-364 (Cuiabá-Porto Velho). Assim, o componente transportes detém o maior volume de recursos, cerca de 52%, estando nele incluídos os custos inerentes para a construção de estradas vicinais alimentadoras.

A interiorização de ações governamentais voltadas para consolidar os projetos de colonização já implantados integram o componente desenvolvimento rural. Essas ações estão consubstanciadas nos Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado de Aríquemes, Ji-Paraná/Cacoal, Cárceres/Mirassol d'Oeste e Gangará da Serra/Barra de Bugres. Os investimentos programados para tal fim representam 14,9% do montante total dos custos, sendo US\$104,9 milhões alocados para Rondônia e US\$56,8 milhões para o Estado de Mato Grosso.

O financiamento dos recursos financeiros programados para a operacionalização do POLONOROESTE, está assim distribuído (Tabela nº 2):

TABELA Nº 2

FINANCIAMENTO DO POLONOROESTE

FONTES DE FINANCIAMENTO	%
. Recursos próprios das entidades executoras	43
. Fundos Especiais de Desenvolvimento Nacional (PIN/PROTERRA)	23
. Banco Mundial	34
TOTAL	100

FONTE: MINTER/SUDECO ⁹

⁹ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE (SUDECO). POLONOROESTE. Relatório de Avaliação Técnica. Primeira fase. Brasília, Jan. 1981.

Parte do programa, ou seja 34%, recebe financiamento do Banco Mundial. Segundo projeções realizadas, o financiamento deste Banco, em três etapas superpostas de aproximadamente cinco anos, altera o período de execução do programa para cerca de seis anos. Vale ressaltar que o crédito agrícola, representando US\$100,0 milhões, além de não estar incluído na estimativa de custos anteriormente demonstrada possui fontes de financiamentos específicos mediante programas de créditos existentes.

A administração e acompanhamento da execução do POLONOROESTE ficou a cargo do Ministério do Interior (MI), através da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), em articulação com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN-PR), Ministério dos Transportes (MT), Ministério da Agricultura (MA), e de mais Ministérios envolvidos, além dos governos do Estado do Mato Grosso e do então Território Federal de Rondônia. Devemos acrescentar que a operacionalização do programa envolve um conjunto ainda mais complexo de organismos governamentais, conforme demonstramos no Quadro III.

Os recursos financeiros, liberados pelos ministérios envolvidos, são canalizados para as diversas entidades executoras, após prévia aprovação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN-PR). A supervisão, bem como a supervisão e acompanhamento de todas as atividades do programa, ficou a cargo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). A canalização dos recursos para os Governos do Estado de Mato Grosso e Território de Rondônia ocorre através das respectivas Secretarias de Planejamento, responsáveis pela Coordenação do esquema institucional de administração e acompanhamento a nível local.

O programa justifica-se por razões sociais e ambientais. Espera-se, portanto, que os investimentos gerem uma contínua expansão do setor agrícola da região. A taxa de rentabilidade prevista é superior a 50% em 20 (vinte) anos. Dentre

PROJETOS	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS
PROJETO DE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA CUIABÁ/PORTO VELHO	MT/DNER
PROJETO DE CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	MT/DNER/BNDE/GOV.MT/GOV.RO
PROJETO DE COLONIZAÇÃO DE NOVAS ÁREAS EM MATO GROSSO E RONDÔNIA	
Colonização	MA/INCRA
Complementação ao apoio à produção	MA/EMBRATER/EMBRAPA/CIBRAZEM/GOV.MT/GOV.RO
Complementação ao apoio à infra-estrutura social	MI/SUDECO/GOV.MT/GOV.RO
PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	MA/INCRA
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DE ARIQUEMES (RO)	
Assistência Técnica e Extensão Rural	MA/EMBRATER/GOV.RO
Armazenamento	MA/CIBRAZEM/GOV.RO
Pesquisa Agropecuária	MA/EMBRAPA/GOV.RO
Educação	MI/SUDECO/GOV.RO
Saúde	MI/SUDECO/GOV.RO
Infra-Estrutura de Pequenas Comunidades Rurais	MI/SUDECO/GOV.RO
Estradas Alimentadoras	MA/SUDECO/GOV.RO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DE JI-PARANÁ/CACOAL (RO)	
Assistência Técnica e Extensão Rural	MA/EMBRATER/GOV.RO
Armazenamento	MA/CIBRAZEM/GOV.RO
Pesquisa Agropecuária	MA/EMBRAPA/GOV.RO
Educação	MI/SUDECO/GOV.RO
Saúde	MI/SUDECO/GOV.RO
Infra-Estrutura de Pequenas Comunidades Rurais	MI/SUDECO/GOV.RO
Estradas Alimentadoras	MI/INCRA/GOV.RO
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DE CÁCERES/MIRASSOL D'OESTE (MT)	
Assistência Técnica e Extensão Rural	MA/EMBRATER/GOV.MT
Armazenamento	MA/CIBRAZEM/GOV.MT
Pesquisa Agropecuária	MA/EMBRAPA/GOV.MT
Educação	MI/SUDECO/GOV.MT
Saúde	MI/SUDECO/GOV.MT
Infra-Estrutura de Pequenas Comunidades Rurais	MI/SUDECO/GOV.MT
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DE TANGARÁ DA SERRA/BARRA DO BUGRES (MT)	
Assistência Técnica e Extensão Rural	MA/EMBRATER/GOV.MT
Armazenamento	MA/CIBRAZEM/GOV.MT
Pesquisa Agropecuária	MA/EMBRAPA/GOV.MT
Educação	MI/SUDECO/GOV.MT
Saúde	MI/SUDECO/GOV.MT
Infra-Estrutura de Pequenas Comunidades Rurais	MI/SUDECO/GOV.MT
PROJETO DE PRESERVAÇÃO DO SISTEMA ECOLÓGICO	
Recuperação, ampliação e construção de estações ecológicas	MI/SEMA
Desenvolvimento Florestal	MA/IBDF
PROJETO DE APOIO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS	MA/FUNAI
ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	MI/SUDECO/GOV.MT/GOV.RO

FONTE: MINTER/SUDECO¹⁰

¹⁰ SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE (SUDECO). POLONOROESTE. Relatório de Avaliação Técnica. Primeira fase. Brasília, Jan. 1981.

outros benefícios a serem obtidos, devemos destacar: a poupança dos custos operacionais dos veículos; a preservação das áreas ecológicas; o apoio às comunidades indígenas; o fortalecimento institucional e a melhoria do conhecimento do ambiente da bacia amazônica.

2.2 - Os Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado de Rondônia (PDRI -RO)

2.2.1 - Aspectos fundamentais

O governo de Rondônia, na busca de uma atuação integrada e globalizante para o fortalecimento do setor agrícola, delineou o Sistema Agrícola para o Pequeno Produtor.

Esse programa reflete uma congregação de esforços do poder público para promover a fixação do homem ao campo, assumindo papel primordial no processo de desenvolvimento econômico e social de um Estado essencialmente agrícola como Rondônia. O enfoque central está na implantação de 39 (trinta e nove) Núcleos Urbanos de Apoio Rural - NUAR's, especialmente distribuídos, para facilitar ao produtor o acesso a uma infra-estrutura social e de apoio.

O POLONOROESTE, em Rondônia, viabiliza a execução do Sistema Agrícola para o Pequeno Produtor. Os recursos financeiros e as ações governamentais voltadas para a implantação dos NUAR's, em áreas já colonizadas, com o intuito de consolidar os assentamentos em Rondônia, estão consubstanciados nos Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado de Ariquemes e Ji-Paraná/Cacoal.

Os NUAR's estão sendo implantados em áreas de 40 hectares, entre os Municípios de Ariquemes e Cacoal, em locais de grande concentração de pequenos produtores. A organização destes Núcleos como unidades intrínsecas do sistema,

devido a suas características aglutinadoras, torna possível a interiorização das ações sociais e de apoio à produção para satisfazer as necessidades básicas dos pequenos produtores, bem como daqueles que desejam se urbanizar. Para tanto, cada NUAR deve dispor da seguinte infra-estrutura: escola; posto de saúde; armazém; instalações administrativas; sistema de energia elétrica; abastecimento d'água e estradas vicinais.

2.2.2 - A Operacionalização: Quadro Institucional

A estratégia adotada para operacionalização dos Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI-RO) - com o intuito de implantar a infraestrutura dos NUAR's, prestar os serviços públicos e emancipar os pequenos produtores - envolveu seguinte esquema institucional:

QUADRO IV

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROJETOS
DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DE RONDÔNIA (PDRI-RO)
- - 1981 -

COMPONENTES	ÓRGÃOS EXECUTORES
1. Coordenação e administração	
A nível federal	Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO)
A nível local	Secretaria de Planejamento (SEPLAN-RO)
2. Nucleação	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia (CODARON)
3. Assistência Técnica e Expansão Rural	Associação de Assistência e Extensão Rural (ASTER-RO)
4. Produção e Abastecimento de Insumos	Secretaria de Agricultura e Colonização (SEAG/RO)
5. Educação	Secretaria da Educação (SEDUC-RO)

QUADRO IV

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROJETOS
DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DE RONDÔNIA (PDRI-RO)
-1981-

COMPONENTES	ÓRGÃOS EXECUTORES
6. Saúde	Secretaria de Saúde (SESAU-RO)
7. Armazenamento	Companhia Brasileira de Armazena- mento (CIBRAZEM)
8. Organização Social	Secretaria de Promoção Social (SPS-RO) Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia (CODARON)
9. Estradas	. Departamento de Estradas de Rodagem (DER-RO) . Instituto Nacional de Coloniza- ção e Reforma Agrária (INCRA) . Prefeituras Municipais . Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia (CODARON) . Associação de Assistência Téc- nica e Extensão Rural (ASTER-RO)
10. Pesquisa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
11. Titulação	Instituto Nacional de Coloniza- ção e Reforma Agrária (INCRA)
12. Crédito Rural	. Secretaria de Agricultura e Colonização (SEAG-RO) . Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia (CODARON) . Banco do Brasil . Banco do Estado de Rondônia . Banco da Amazônia . Rede Privada de Bancos

Convém ressaltar que, além de órgãos como o INCRA , a EMBRAPA, a CIBRAZEM e a EMATER (através da ASTER-RO) estão envolvidos na execução do programa, dentre outros órgãos federais, a SUDHEVEA, o IBC, a CEPLAC e o IAA na assistência técnica a culturas específicas. Ainda mais, em sua amplitude total, atuam na preservação do equilíbrio ecológico e no apoio a comunidades indígenas organismos como o IBDF, a FUNAI, etc.

A coordenação geral do POLONOROESTE ficou a cargo do governo federal, quanto ao planejamento e monitoramento , através da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). A nível de governo local, a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), do então Território de Rondônia, responsabilizou-se pela coordenação e controle da aplicação dos recursos. Porém, à Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia (CODARON), instrumento de agilização das ações governamentais no setor primário, coube a articulação entre as entidades envolvidas na execução do programa, bem como execução de determinadas ações.

Segundo o documento Síntese do Sistema Agrícola para o Pequeno Produtor, aos Municípios caberiam a administração dos NUAR's sob sua jurisdição e a participação efetiva na prestação de serviços públicos de caráter eminentemente local.¹¹ O papel dos Municípios se torna mais relevante ao levarmos em consideração o processo de Municipalização dos Serviços de Saúde - Postos de Saúde e Unidades Mistas - e Educação - Escolas de 1º e 2º graus - já implantados em Rondônia.

Com a elevação do Território Federal de Rondônia à categoria de Estado, a articulação entre esses organismos governamentais envolvidos na execução do programa assume nova

¹¹ GOVERNO do Território Federal de Rondônia. Secretaria de Planejamento. Síntese do Sistema Agrícola para o Pequeno Produtor. Porto Velho, 1980, p.20.

dimensão. Anteriormente as relações se desenvolviam entre organismos pertencentes à mesma esfera de governo, isto é , a União. A partir de então passam a envolver organismos pertencentes a 3 (três) esferas de governo - União, Estados e Municípios - cuja autonomia deve ser resguardada, segundo característica básica do próprio sistema federalista.

Apesar do esforço governamental no sentido de promover a atuação integrada e racional do poder público, surgem dificuldades no processo de articulação diante da multiplicidade de organismos pertencentes às 3 (três) esferas de governo - União, Estados e Municípios - envolvidos na prestação dos serviços públicos nos NUAR's. Isto porque, além das dificuldades financeiras e institucionais existentes em Rondônia, como vimos no capítulo anterior no modelo federalista brasileiro, algumas disfunções interferem negativamente no desempenho da ação governamental tais como: ambiguidade, dependência, simetria, hipercorreção e hipertrofia do poder central.

A dinâmica do contexto político governamental de Rondônia ocasionou mudanças substanciais na divisão de encargos estabelecidos inicialmente para a execução do Programa, principalmente no que se refere à atuação dos órgãos pertencentes às esferas de governo estadual e municipal.

A participação da esfera do governo municipal na implantação dos NUAR's restringiu-se à atuação na constru-ção de algumas estradas vicinais e ao envolvimento de 03 técnicos do Município na ação de saúde. Durante determinado período até mesmo os serviços públicos de caráter eminentemente local foram executados sob o comando do governo estadual. Os Administradores dos Núcleos estavam terminantemente proibidos de se relacionarem com os Prefeitos Municipais, mesmo em ocasiões de emergência.

Os argumentos utilizados, pela esfera do governo estadual, para o alijamento dos Municípios na execução do Programa foram:

1. a transformação dos NUAR's em futuros municípios para consolidar o desenvolvimento da região;
2. a incapacidade administrativa e financeira dos Municípios existentes atualmente em Rondônia.

Em âmbito estadual a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia (CODARON) foi desativada, sendo seus en cargos executivos transferidos para outros órgãos .

- a. Nucleação - Companhia de Habitação do Estado de Rondônia - (COHAB-RO)..
- b. Estradas - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Rondônia (DER-RO) .
- c. Fornecimento de insumos - Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI-RO) ..

A Coordenação Geral do Polonoroeste da Secretaria de Estado do Planejamento (CGP/RO) passou a assumir a função de articulação, além de centralizar as decisões e recursos inerentes à administração dos NUAR's. A centralização excessiva de encargos operacionais neste órgão da esfera de governo estadual gerou entraves, tanto na administração dos NUAR's como na Coordenação Geral do Programa. Ocorre, portanto, um excesso de ações práticas emergenciais inadequadas nos NUAR's - devido à distância e à dificuldade de acesso e comunicação - bem como reduzido índice de integração, informação e conhecimento dos resultados obtidos.

Na busca de uma atuação mais racional, a partir de 1985, delinea-se uma nova política operacional que promove a descentralização de alguns encargos assumidos pela Coordenação Geral do Programa a nível estadual:

- a. as atividades de administração dos NUAR's são repassadas para as Prefeituras Municipais, através de convênios assinados entre o Governo de Rondônia/SEPLAN/Prefeituras Municipais, em 01.08.85, cumprindo finalmente o estabelecido preliminarmente nos documentos oficiais do programa;
- b. a operacionalização e consolidação dos Sistemas de Água e Energia Elétrica ficam sob a responsabilidade das respectivas entidades afins em âmbito estadual, isto é Companhia de Água e Esgotos de Rondônia (CAERD) e Companhia de Energia Elétrica de Rondônia (CERON).

Desincumbida das atividades de administração dos NUAR's espera-se que a Coordenadoria Geral do POLONOROESTE passe a exercer efetivamente as seguintes atribuições:

- . estabelecer um esquema institucional que assegure a coerência das ações desenvolvidas em cada componente ante os objetivos gerais do programa;
- . estabelecer contatos com a SUDECO e órgãos federais envolvidos no Programa;
- . coordenar a preparação dos Planos Operativos Anuais dos órgãos executores e garantir a execução das metas estabelecidas por eles;
- . organizar os treinamentos de pessoal;

- . manter os registros financeiros e controlar as despesas do Programa .
- . definir uma estrutura geral de administração que permita o planejamento, controle e avaliação das ações do programa.¹²

Enfim, cabe a esse órgão de coordenação assumir a responsabilidade pela integração e cooperação entre os órgãos envolvidos, compatibilizando políticas, normas e ações a serem executadas pelo Programa, canalizando os recursos financeiros adequados, firmando convênios para estabelecer formalmente a participação e o monitoramento da execução em âmbito estadual. Para organização dos treinamentos de pessoal foi realizado, em 1986, convênio com o Centro de Apoio a Pequena e Média Empresa de Rondônia (CEAG-RO), organismo vinculado ao Governo Federal através do Centro Brasileiro de Assistência Empresarial (CEBRAE).

No desdobramento da estratégia operacional do Programa, a nível de campo, atuam organismos pertencentes às 3 (três) esferas de governo - União, Estado e Município - responsáveis diretamente pela execução das seguintes ações governamentais interiorizadas através dos NUAR's, agrupadas em subsistemas:

- 1 - Subsistema de Administração e Coordenação
 - 1.1 - Administração dos NUAR's - Prefeitura Municipal
 - 1.2 - Coordenação Técnica do Programa - Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)
- 2 - Subsistema de Ações Sociais
 - 2.1 - Educação - Secretaria Municipal de Educação (SEMEC)
 - 2.2 - Saúde - Secretaria Municipal de Saúde (SEMSAU)
 - 2.3 - Organização Social - Secretaria do Estado do Trabalho e Promoção Social (SETRAPS-RO)

¹² SUPERINTENDÊNCIA de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). POLONOROESTE. Plano Operativo Anual - 1981/86, Brasília, 1985, p.21.

3 - Subsistema de Ações de Apoio a Produção

3.1 - Abastecimento de Insumo de Produção de Mudas - Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI-RO)

3.2 - Secagem e estocagem de produtos - Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM)

3.3 - Assistência Técnica e Extensão Rural - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (EMATER-RO)

Aos Municípios cabe a tarefa de administrar os NUAR's sob a sua jurisdição. Ocorre a participação efetiva da comunidade na escolha, por voto direto e secreto, do Administrador de cada NUAR. O administrador do Núcleo, representante da comunidade e da esfera de governo municipal, exerce as atribuições especificadas a seguir:

- a. zelar pela limpeza e conservação das instalações administrativas dos NUAR's;
- b. proceder o cadastramento e distribuição de datas na zona urbana;
- c. promover a execução dos serviços de limpeza pública, capinagem e outros de caráter eminente - mente municipal;
- d. supervisionar a execução das atividades de abastecimento d'água e energia eletiva desenvolvida por órgãos da esfera de governo estadual;
- e. canalizar para os órgãos governamentais interiorizados nos NUAR's as queixas e demandas da comunidade;
- f. prestar conta das suas atividades a esfera de governo municipal.

Verificamos nos NUAR's conflitos entre o assessor técnico responsável pela coordenação do programa - engenheiro agrônomo - e o administrador do NUAR. A situação decorre de vícios impregnados pelo processo anterior de centralização excessiva dos encargos operacionais na esfera de governo estadual, especificamente na Coordenação Geral do POLONOROESTE da SEPLAN/RO, e da inexistência de mecanismos de coordenação que estabeleça claramente o papel e as relações entre os organismos na operacionalização do programa. O assessor técnico limita sua atuação a coleta de informações para elaboração dos relatórios de monitoria do programa e a execução de tarefas burocrático-administrativas, funcionando muitas vezes como auxiliar do administrador do Núcleo na tentativa de evitar conflitos.

Fortalecendo o processo de descentralização da execução as ações de saúde e educação a nível de campo ficam a cargo da esfera de governo municipal. Cabe, portanto, ao governo estadual através dos órgãos responsáveis pelos componentes do programa executar determinadas atividades essenciais ao processo de capacitação técnica, administrativa e financeira dos Municípios em função das responsabilidades assumidas. Esperamos, portanto, que as medidas descentralizadoras adotadas promovam o engajamento dos Municípios e, conseqüentemente, o desenvolvimento integrado da Região.

O esquema institucional adotado nos subsistemas de ações sociais e de apoio a produção serão melhor observados ao analisarmos a repartição de encargos entre os órgãos envolvidos na implementação do programa. Para fundamentar a análise utilizaremos informações obtidas na pesquisa de campo realizada nos NUAR's, bem como concluiremos este capítulo demonstrando os objetivos, órgãos responsáveis pela execução dos componentes do Programa e as atividades previstas para o exercício 1985/86 nos Quadros V e VI.

QUADRO V

CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES DO SUBSISTEMA DE AÇÕES SOCIAIS

Componente ou ação	Objetivo	Atividades programadas (1985/1986)	Órgão executor
Educação	Melhorar a quantidade e a qualidade do ensino rural adequando-as às peculiaridades de seu meio.	<ul style="list-style-type: none"> . Elaboração e impressão de material . Apoio técnico-pedagógico 	Secretaria de Estado da Educação (SEDUC)
Saúde	Realizar a extensão de cobertura levando a toda população os atendimentos mínimos necessários de saúde, com prioridades para as áreas rurais, garantindo o acesso aos diferentes níveis de atenção de saúde.	<ul style="list-style-type: none"> . Controle da malária . Desenvolvimento dos serviços de saúde . Treinamento e supervisão. 	Secretaria de Estado da Saúde (SESAU).
Organização de Agricultores	Promover o desenvolvimento de um processo que permita a viabilização da participação social dos pequenos produtores rurais de Rondônia no Desenvolvimento local.	<ul style="list-style-type: none"> . Associativismo . Nutrição e Educação Sanitária . Mutirões: manutenção de escolas, postos de saúde e estradas. 	Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social (SETRAPS).

QUADRO VI

CARACTERIZAÇÃO DOS COMPONENTES DO SUBSISTEMA DE AÇÕES DE APOIO À PRODUÇÃO

Componente ou ação	Objetivo	Atividades programadas (1985/1986)	Órgão executor
Assistência técnica e extensão rural	Aumentar a produção, a produtividade e a renda líquida do produtor rural, melhorando suas condições de vida por intermédio de transferências de tecnologia, divulgação de políticas econômicas e atuação sobre resistência a novos padrões tecnológicos.	<ul style="list-style-type: none"> . Incremento a Avicultura . Assistência técnica à Produção Vegetal . Assistência técnica à produção animal . Utilização racional de várzeas (irrigação e drenagem) . Assistência técnica à organização de Produtores . Assistência técnica a administração rural . Implantação de unidades de demonstrativas / observação . Capacitação de produtores rurais . Capacitação de jovens rurais 	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (EMATER-RO).
Abastecimento de Insumos e Produção de Mudanças	Contribuir para o redirecionamento da forma de utilização do solo nas áreas de colonização dando instrumentos para o colono expandir as áreas de culturas perenes, revertendo as tendências observadas e intensificar a utilização das áreas já desmatadas.	<p>Produção de mudas</p> <ul style="list-style-type: none"> . implantação de viveiros centrais. . implantação de viveiros comunitários <p>Produção de sementes:</p> <ul style="list-style-type: none"> . implantação de campos comunitários . implantação de campos individuais. 	Secretaria de Estado da Agricultura SEAGRI-RO

Componente ou ação	Objetivo	Atividades programadas (1985/1986)	Órgão executor
Armazenamento	Permitir um processo de comercialização mais eficiente, possibilitando a obtenção de melhores preços, através da interiorização de armazens, reduzindo as perdas dos produtos no campo e formando estoques regulares.	Secagem e estocagem dos produtos.	Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM)

CAPÍTULO IV

AS RELAÇÕES ENTRE AS ESFERAS DE GOVERNO NA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS E DE APOIO A PRODUÇÃO NOS NUAR's

1. Esquema genérico

Do planejamento, controle e avaliação das ações sociais e de apoio a produção participam os órgãos de Coordenação Geral do POLONOROESTE a nível federal (SUDECO) e a nível estadual (SEPLAN-RO). A atuação conjunta destas esferas de governo nos processos de planejamento e avaliação, ocorre unicamente em função da elaboração dos Planos Operativos Anuais e dos Relatórios de Monitoria do Programa. Quanto ao controle exercido por estes órgãos - acompanhamento e supervisão - limita-se a verificação do cumprimento das diretrizes, normas e padrões estabelecidos.

Os órgãos executores, sejam eles federais, estaduais ou municipais, colaboram fornecendo os subsídios necessários do controle e avaliação do programa, bem como participam do processo de planejamento inerente as suas ações.

Verifica-se, portanto, a atuação isolada de missões internacionais, federais e estaduais, em diversas operações, com o intuito de acompanhar e supervisionar as atividades executadas nos NUAR's, gerando superposições de trabalho e visível desgaste dos técnicos locais.

A coordenação da execução das atividades do POLONOROESTE em Rondônia cabe a esfera de governo estadual. A Coordenadoria Geral do POLONOROESTE (CGP/SEPLAN-RO) com o intuito de implantar um sistema de acompanhamento e coordenação a nível de campo interiorizou técnicos da SEPLAN nos

NUAR's, aos quais deveriam estar subordinados os demais técnicos responsáveis pela execução das ações sociais e de apoio à produção.

Até o momento, diante das dificuldades técnicas e administrativas existentes, prevalece o excesso de práticas emergenciais e o reduzido índice de integração e informação. A nível de campo as atividades de coordenação estão reduzidas praticamente a elaboração de relatórios mensais. A atuação efetiva da coordenação estadual torna-se fundamental para que sejam alcançados os resultados almejados, dada a multiplicidade de organismos governamentais envolvidos na execução das ações inerentes ao programa.

2. Subsistema de Ações Sociais

2.1. Educação

A execução do componente educação envolve as esferas de governo estadual e municipal (Quadro VII). A Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), órgão do governo estadual, responsável pela execução do componente programa, cabe a elaboração da programação e execução da primeira etapa de treinamentos para os professores e a impressão de elaboração de materiais segundo a metodologia de ensino adotada (PRO-RURAL). O curriculum e o calendário escolar são ajustados às necessidades educacionais da população rural em um trabalho conjunto das Secretarias de Educação pertencentes a esfera de governo estadual e municipal.

No apoio técnico-pedagógico, realizado por meio de supervisão SEDUC/SEMEC/NUAR, configura-se também uma atuação conjunta das esferas de governo estadual e municipal, envolvendo 2 (duas) dimensões:

a. dimensão vertical - do Órgão estadual de Educação (SEDUC) para os órgãos municipais de Educação (SEMEC's);

b. dimensão horizontal - em âmbito municipal:

- . da SEMEC (Coordenação do PRORURAL) para as Escolas-Polo;
- . da Escolas-Polo para as Escolas-Satélites na área de abrangência de cada NUAR.

QUADRO VII

REPARTIÇÃO DE ENCARGOS ENTRE AS ESFERAS DE GOVERNO NO COMPONENTE EDUCAÇÃO

ATIVIDADES	PLAN.	COORD.	EXEC.	CONTR.	AVAL.
. Apoio técnico-pedagógico	F/E	E	E/M	F/E	F/E
. Elaboração e impressão de materiais	F/E	E	E	F/E	F/E
. Gestão das atividades administrativas, pedagógicas e de assistência ao educando das unidades escolares	M	M	M	F/E/M	F/E
. Supervisão e orientação dos professores das escolas <u>sa</u> <u>télites</u>	M	M	M	F/E/M	F/E

LEGENDA: F = Federal
E = Estadual
M = Municipal

A participação da esfera de governo municipal, através das Secretarias Municipais de Educação (SEMEC's) estabelecida em convênio firmado com o Governo do Estado em 1982, abrange as atividades administrativas e pedagógicas da Escola -Polo sediada em cada NUAR, o treinamento complementar em metodologia do novo currículo escolar e a aquisição de livros operacionais para a escola. Ainda mais, a nível de campo, a equipe de profissionais da Escola-POLO exerce supervisão nas escolas-satélites estabelecidas na área de abrangência de cada NUAR.

Convém ressaltar que, em função do processo de municipalização já implantado em Rondônia, a esfera de governo municipal assume de forma exclusiva, em ação independente e continuada ao programa, a gestão das atividades administrativas, pedagógicas e de assistência ao educando das unidades escolares de 1º e 2º graus. Em contrapartida cabe a esfera de governo estadual cooperar com a contratação e cessão dos recursos humanos aos Municípios, suprimindo as necessidades materiais e financeiras e prestando assistência técnico-pedagógica e administrativa.

Em 1985 as esferas de governo estadual e municipal, através de seus respectivos órgãos de educação, decidiram conjuntamente pela substituição da metodologia auto-instrucional adotada no PRORURAL - cujo calendário escolar estava calcado no calendário agrícola - em favor do regime seriado. Alegou-se, para tanto, o baixo índice de aprovação em todos os Municípios.

Apesar da mudança formalmente estabelecida pelo órgão estadual, através da Portaria nº 392/GAB/SEDUC, a falta de treinamento, material didático e supervisão efetiva continua sendo o maior entrave do processo ensino-aprendizagem, prejudicando a qualidade do ensino. A esfera de governo estadual, ou melhor a SEDUC, mais uma vez não realiza adequadamente os encargos que lhe foram atribuídos na execução do programa.

Em decorrência da atuação insatisfatória do órgão estadual da Educação a esfera de governo municipal, sem respaldo técnico, acaba por assumir todos os encargos relativos a treinamentos, supervisão, elaboração de apostilas e outros materiais didáticos de acordo com as suas condições. Além do mais, a nível de campo, a esfera de governo municipal atua de forma exclusiva no planejamento, coordenação e execução da gestão das atividades administrativas, pedagógicas e de assistência ao educando nas unidades escolares dos NUAR's, bem como na supervisão e orientação dos professores das Escolas-Satélites. Para tanto, recebe apenas colaboração da EMATER, organismo federal, no que tange especificamente a assistência técnica para implantação e manutenção de hortas escolares.

Verifica-se nas Escolas-Polo quadro de pessoal deficiente em termos quantitativos e qualitativos. A maioria dessas escolas não possuem equipe técnica adequada e/ou viaturas, impossibilitando a supervisão e orientação dos professores das Escolas-Satélites. A supervisão SEDUC/SEMEC/NUAR acaba ficando limitada a reuniões pedagógicas mensais realizadas pela SEMEC na Escola-Polo, envolvendo os professores de todas as escolas localizadas na área de abrangência de cada NUAR.

O alto índice de rotatividade e a dificuldade de obtenção de mão-de-obra qualificada, já interiorizada, dificulta a atuação da esfera de governo municipal. Como exemplo, podemos salientar que na Escola-Polo do NUAR Pedras Brancas, existe carência de professores de Inglês, Educação Física e para o Pré-escolar. Alguns Municípios - Jarú, Ouro-Preto e Ji-Paraná - decidiram por lotar os professores nas SEMEC's e conduzi-los para o desempenho de suas atividades nos NUAR's. Além do mais, dentre outras dificuldades a falta de treinamento adequado, material didático e equipamento desportivo, bem como a morosidade do processo de contratação de professores acarretam desistimos na realização do trabalho.

Os resultados finais até então obtidos no processo ensino-aprendizagem foram desalentadores. Em 1985, o índice de reprovação de alunos atingiu em média 56% e 72% nas 1^{as}.séries das Escolas de 1^o grau e Unidocentes, respectivamente (Quadro VIII). Porém, no exercício de 1986 o número total de matrículas realizadas aumenta em torno de 36%. Para atender a demanda da comunidade foram criadas novas séries e turmas nas unidades escolares existentes nos NUAR's. No Núcleo Alto Paraíso, onde ocorre o maior crescimento do número de matrículas, ou seja 61%, a comunidade participa da construção do prédio para implantação do Pré-escolar (Quadro IX).

O controle das questões técnico-pedagógicas cabe a esfera de governo estadual. O governo municipal verifica o funcionamento dos serviços e o alcance das metas e padrões estabelecidos para as unidades escolares. Além disso, como vimos, os órgãos de coordenação do POLONOROESTE a nível federal e estadual acompanham e supervisionam a execução das atividades de educação nos NUAR's. A atuação isolada dos organismos pertencentes as esferas de governo federal, estadual e municipal acarreta duplicação ou triplicação de esforços e dispersão de recursos.

QUADRO VIII

DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ALUNO/SÉRIE NAS UNIDADES ESCOLARES DOS NUAR's - 1985

SÉRIE	ESPECIFICAÇÃO	PEDRAS BRANCAS		STA. CRUZ DA SERRA		THEOBRAMA		NOVA COLINA		NOVA BRASÍLIA	
		1º GRAU	U	1º GRAU	U	1º GRAU	U	1º GRAU	U	1º GRAU	U
1ª	MATRÍCULA INICIAL	59	184	15	-	77	119	67	-	90	172
	ESTUDANDO	71	144	18	-	87	86	54	-	69	142
	TRANSFERIDO	-	68	01	-	15	-	13	-	28	42
	CONCLUINTE	22	44	10	-	22	22	21	-	56	39
2ª	MATRÍCULA INICIAL	37	97	14	-	40	97	36	-	81	106
	ESTUDANDO	31	73	12	-	37	66	27	-	62	78
	TRANSFERIDO	06	02	07	-	19	-	09	-	19	26
	CONCLUINTE	30	42	12	-	30	46	24	-	57	64
3ª	MATRÍCULA INICIAL	14	29	06	-	23	29	36	-	27	88
	ESTUDANDO	20	23	04	-	24	23	30	-	19	65
	TRANSFERIDO	05	-	03	-	12	-	06	-	08	23
	CONCLUINTE	17	18	04	-	21	21	30	-	17	62
4ª	MATRÍCULA INICIAL	05	08	10	-	16	25	-	-	22	23
	ESTUDANDO	07	06	01	-	23	08	-	-	-	17
	TRANSFERIDO	03	-	02	-	02	-	-	-	-	01
	CONCLUINTE	05	06	01	-	21	06	-	-	22	06
5ª	MATRÍCULA INICIAL	03	-	02	-	12	-	-	-	74	-
	ESTUDANDO	05	-	11	-	19	-	-	-	39	-
	TRANSFERIDO	05	-	03	-	06	-	-	-	08	-
	CONCLUINTE	05	-	11	-	11	-	-	-	39	-
6ª	MATRÍCULA INICIAL	03	-	02	-	07	-	-	-	65	-
	ESTUDANDO	05	-	02	-	15	-	-	-	39	-
	TRANSFERIDO	02	-	-	-	03	-	-	-	26	-
	CONCLUINTE	05	-	02	-	11	-	-	-	29	-

FONTE: SEMEC's

OBSERVAÇÃO:

a) DADOS PARCIALMENTE OBTIDOS PORQUE AS SEMEC's AINDA ESTÃO ELABORANDO ESTATÍSTICA 1985

b) FUNCIONA APENAS ATÉ A 6ª SÉRIE DO 1º GRAU NAS UNIDADES ESCOLARES DOS NUAR's MENCIONADOS

QUADRO IX

DEMONSTRATIVO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE
1º GRAU POR SÉRIE NOS NUAR's - 1986

NÚCLEOS	PRÉ ESCOLAR	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE	EDUC. INTEGRADA	TOTAL 1986	1985
ALTO PARAÍSO	-	110	70	45	40	110	30	20	10	-	435	275
SANTA CRUZ DA SERRA	15	38	14	09	06	06	11	03	-	11	113	52
PEDRAS BRANCAS	20	124	24	37	25	10	10	06	-	-	256	170
THEOBAMA	-	137	46	40	27	37	15	12	-	-	314	250
TEIXEIROPOLIS	-	44	28	32	25	23	33	19	-	27	236	151
NOVA UNIÃO	-	60	33	29	14	21	21	21	-	-	199	163
NOVA COLINA	-	64	41	32	24	25	54	-	-	-	240	258
NOVA LONDRINA	-	77	58	42	40	83	-	-	-	-	300	168
NOVA BRASÍLIA	-	70	60	65	25	42	40	35	-	-	337	270
NOVO HORIZONTE	-	46	19	31	12	26	19	24	04	-	181	169
TOTAL	35	770	393	362	238	388	233	140	14	38	2611	1921

FONTE: SEMEC's

OBSERVAÇÃO:

Não foi possível obter dados relativos ao núcleo Nova Esperança.

2.2 Saúde

As esferas de governo federal, estadual e municipal participam da operacionalização das ações de saúde. A responsabilidade pela execução do componente saúde no âmbito do POLONOROESTE fica a cargo da esfera de governo estadual, através da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU.

A municipalização implantada em Rondônia atinge também os serviços de saúde determinando formalmente a atuação exclusiva das Secretarias Municipais de Saúde (SEMSAU's) na execução dos serviços de saúde nos Postos de Saúde, Centros de Saúde e Unidades Mistas. Desta forma, cabe a esfera de governo municipal o exercício independente e contínuo das atividades de saúde, a nível de campo, nos NUAR's. Para tanto a esfera de governo estadual, ou melhor a SESAU, responsabiliza-se pela elaboração do programa de treinamento dos agentes de saúde comunitários; aquisição e manutenção de medicamentos, equipamentos e veículos; e a provisão de pessoal.

A Superintendência de controle da Febre Amarela - SUCAM, organismo federal, cabe a atuação exclusiva no controle da malária realizando exames distribuindo medicamentos, etc. Na realidade verificamos a atuação conjunta integrada e cooperativa dos organismos pertencentes as esferas de governo federal (SUCAM) e municipal (SEMSAU's) no desenvolvimento das atividades de controle da malária nos NUAR's (Anexo Nº 01).

No entanto, a esfera de governo estadual não realizou a contento os encargos formalmente assumidos contribuindo negativamente para a prestação inadequada dos serviços de saúde à comunidade, destacando-se:

- a) a inviabilização da capacitação dos novos agentes e a descontinuidade na capacitação dos demais agentes de saúde, excetuado o Município de Jarú - Núcleos Pedras Brancas, Santa Cruz da Serra e Theobrama;
- b) a demora e a redução do suprimento de medicamentos e material de penso dos Postos de Saúde;
- c) a inexistência de supervisão efetiva.

A esfera de governo Municipal tornou-se incapaz de atuar satisfatoriamente na prestação dos serviços primários de saúde nos NUAR's. Os agentes comunitários de saúde despreparados e sem medicamentos adequados não puderam dar o mínimo de resposta a demanda da comunidade. Esta situação se agrava ao levarmos em consideração a drástica situação dos equipamentos (Quadro XI). Somente o Núcleo Alto Paraíso já possui microscópio, quadro de pessoal adequado e os equipamentos encontram-se em bom estado de conservação. Além do mais o Município de Ariquemes realizou, por conta própria, o treinamento teórico dos agentes de saúde deste Núcleo, ficando a parte prática sem efetivação por falta de recursos financeiros.

Devemos ainda ressaltar, a colaboração por parte dos demais órgãos interiorizados nos NUAR's - federais, estaduais e municipais - nas campanhas de vacinação e/ou nos transportes de pacientes graves devido a inexistência de qualquer tipo de veículo no Posto de Saúde PS 2.

QUADRO X

REPARTIÇÃO DE ENCARGOS ENTRE AS ESFERAS DE GOVERNO NO COMPONENTE SAÚDE

ATIVIDADES	PLAN.	COORD.	EXEC.	CONTR.	AVAL.
. CONTROLE DA MALÁRIA	F/E	E	F/M	F/E	F/E
. DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	F/E	E	M	E/M	F/E
. TREINAMENTO E SUPERVISÃO	F/E	E	E	E	F/E

LEGENDA: F = Federal
E = Estadual
M = Municipal

QUADRO XI

DEMONSTRATIVO DA INFRAESTRUTURA/RECURSOS HUMANOS NOS
POSTOS DE SAÚDE DOS NUAR's

MUNICÍPIO	NÚCLEOS	POSTO DE SAÚDE - PSII (SEDE DOS NUAR's)		ÁREA DE ABRANGÊNCIA
		INFRAESTRUTURA FÍSICA	RECURSOS HUMANOS	
ARIQUEMES	ALTO PARAÍSO	<ul style="list-style-type: none"> EQUIPADO INCLUSIVE COM MICROSCÓPIO EQUIPAMENTOS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO 	<ul style="list-style-type: none"> ESTÃO LOTADOS E TRABALHANDO EFETIVAMENTE 02 AGENTES DE SAÚDE E 01 LABORATORISTA 	OS 5 (CINCO) POSTOS DE SAÚDE CONSTRUÍDOS (PSI) E EQUIPADOS COM EQUIPAMENTO PADRÃO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO. CADA POSTO POSSUI UM AGENTE DE SAÚDE CONTRATADO E TREINADO
JARU	PEDRAS BRANCAS	<ul style="list-style-type: none"> EQUIPADO COM EQUIPAMENTOS DANIFICADOS DEVIDO A CONSERVAÇÃO DEFICIENTE 	<ul style="list-style-type: none"> OS 2 (DOIS) AGENTES DE SAÚDE ESTÃO DEVIDAMENTE LOTADOS E TREINADOS 	OS 15 (QUINZE) PSI FORAM CONSTRUÍDOS E EQUIPADOS, SENDO QUE EM VÁRIOS POSTOS OS EQUIPAMENTOS ENCONTRAM-SE DANIFICADOS E/OU COM ALGUNS ITENS EXTRAVIADOS OS AGENTES DE SAÚDE FORAM DEVIDAMENTE LOTADOS E TREINADOS, UM EM CADA POSTO DE SAÚDE
	SANTA CRUZ DA SERRA	<ul style="list-style-type: none"> EQUIPADO COM EQUIPAMENTOS DANIFICADOS DEVIDO CONSERVAÇÃO DEFICIENTE 	<ul style="list-style-type: none"> OS 2 (DOIS) AGENTES DE SAÚDE ESTÃO DEVIDAMENTE LOTADOS E TREINADOS 	
	THEOBAMA	<ul style="list-style-type: none"> EQUIPADO COM EQUIPAMENTOS DANIFICADOS DEVIDO CONSERVAÇÃO DEFICIENTE 	<ul style="list-style-type: none"> OS 2 (DOIS) AGENTES DE SAÚDE ESTÃO DEVIDAMENTE LOTADOS E TREINADOS 	
OURO PRETO	NOVA UNIÃO	<ul style="list-style-type: none"> EQUIPADO COM ALGUNS EQUIPAMENTOS DANIFICADOS O MICROSCÓPIO FOI TRANSFERIDO PARA O PSI DE MIRANTE DA SERRA 	<ul style="list-style-type: none"> ESTÃO LOTADOS E TRABALHANDO EFETIVAMENTE 2 (DOIS) AGENTES DE SAÚDE E NÃO EXISTE LABORATORISTA 	<ul style="list-style-type: none"> FORAM CONSTRUÍDOS E EQUIPADOS 02 PSI, UM DELES EM MIRANTE DA SERRA FORAM TREINADOS 05 (CINCO) AGENTES DE SAÚDE, SENDO QUE 03 (TRÊS) ATENDEM EM CASA, DEVIDO OS POSTOS DE SAÚDE ESTAREM APENAS PARCIALMENTE CONSTRUÍDOS E SEM QUALQUER EQUIPAMENTO
	TEIXEIROPOLIS	<ul style="list-style-type: none"> EQUIPADO PARCIALMENTE E COM EQUIPAMENTOS DANIFICADOS ESTRUTURA FÍSICA NECESSITA DO REPAROS NA REDE HIDRÁULICA 	<ul style="list-style-type: none"> ESTÃO LOTADOS E TRABALHANDO EFETIVAMENTE 02 (DOIS) AGENTES DE SAÚDE E 01 (UM) LABORATORISTA EMBORA O QUADRO DE PESSOAL ESTEJA COMPLETO SOMENTE 01 (UM) AGENTE DE SAÚDE RECEBEU TREINAMENTO COMPLETO E O LABORATORISTA PARA DIAGNOSTICAR CASOS DE MALÁRIA 	<ul style="list-style-type: none"> EXISTE UM ÚNICO PSI CONSTRUÍDO E EQUIPADOS DOS 05 (CINCO) AGENTES DE SAÚDE TREINADOS e 4 (QUATRO) RECEBENDO, FAZEM ATENDIMENTO EM CASA
CACOA	NOVA BRASÍLIA	<ul style="list-style-type: none"> EQUIPADO COM EQUIPAMENTO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO 	<ul style="list-style-type: none"> OS 2 (DOIS) AGENTES DE SAÚDE FORAM LOTADOS E TRABALHAM EFETIVAMENTE 	<ul style="list-style-type: none"> OS 5 (CINCO) POSTOS DE SAÚDE - PSI FORAM CONSTRUÍDOS E EQUIPADOS CADA POSTO POSSUI UM AGENTE DE SAÚDE
ROLIM DE MOURA	NOVO HORIZONTE	<ul style="list-style-type: none"> EQUIPADO COM EQUIPAMENTO EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO 	<ul style="list-style-type: none"> OS 2 (DOIS) AGENTES DE SAÚDE FORAM LOTADOS E TREINADOS 	<ul style="list-style-type: none"> OS 5 (CINCO) POSTOS DE SAÚDE - PSI FORAM CONSTRUÍDOS E EQUIPADOS
			<ul style="list-style-type: none"> O PS II RECEBE SEMANALMENTE VISITA DE UM MÉDICO 	<ul style="list-style-type: none"> OS AGENTES DE SAÚDE FORAM TREINADOS COM METODOLOGIA EM LARGA ESCALA ATÉ A UNIDADE V

FONTE: JARU
CONSERVAÇÃO:

FOI POSSÍVEL OBTER INFORMAÇÕES RELATIVAS AO NÚCLEO NOVA ESPERANÇA.

2.3. Organização de Agricultores

A execução do componente organização social de agricultores encontra-se sob a responsabilidade exclusiva da esfera de governo estadual, através da Secretaria de Estado do trabalho e Promoção Social (SETRAPS). Esse componente determina a implantação de 10 (dez) grupos de agricultores em cada NUAR, denominados Comissões de Desenvolvimento Rural - CDR's, com intuito de estimular o trabalho comunitário e organizar os agricultores.

As Comissões de Desenvolvimento Rural - CDR's, assentadas ao longo de determinado trecho da estrada de acesso aos NUAR's, têm como função básica a criação de lideranças locais legitimando o processo de eleição dos administradores dos Núcleos. Por outro lado, também, possibilita o apoio da comunidade à execução das seguintes atividades: extensão agrícola; nutrição e educação sanitária; organização de mutirões para manutenção das escolas rurais, postos de saúde tipo I e estradas de acesso. Na estratégia adotada a partir da mobilização da comunidade no estabelecimento de mutirões ocorreria a posteriori a evolução para organizações formalizadas como Associações e Cooperativas Agrícolas.

A atuação conjunta na organização dos agricultores pressupõe a integração e cooperação, a nível horizontal e vertical, entre os organismos pertencentes as diversas esferas de governo interiorizadas nos NUAR's, principalmente a EMATER (Anexo nº 01). Porém, esta integração e cooperação não ocorre a contento gerando muitas vezes: competição, conflitos, duplicidades e irresponsabilidades.

Diante do insucesso na implantação das CDR's a SETRAPS passa a atuar desarticulada a reboque das demandas das comunidades e das demandas dos organismos governamentais interiorizados nos NUAR's. Para suprir as lacunas busca-se uma

nova metodologia calcada no planejamento participativo. As Auxiliares Sociais, técnicos de nível médio, foram substituídas por Assistentes Sociais. Porém, a SETRAPs atua efetivamente em apenas 50% dos Núcleos integrantes da amostra da pesquisa, ou seja Theobroma, Santa Cruz da Serra, Nova União, Nova Esperança e Novo Horizonte.

Observa-se nesses NUAR's, além da grande interferência de políticos locais no desenvolvimento dos trabalhos, desgaste no processo de atuação em função da multiplicidade de ações mobilizantes junto a comunidade e da visão paternalista do serviço social. Embora já exista Assistente Social interiorizada a carência de viaturas, falhas na programação de trabalho, excessiva burocracia no mecanismo de fundos e o não cumprimento da programação de treinamento em tempo hábil gera entraves na implantação da metodologia de trabalho proposta.

A SETRAPs participa em conjunto com os demais organismos na organização de mutirões para manutenção de Postos de Saúde, escolas e estradas. A esfera de governo federal, através da EMATER, devido sua atuação direta com o produtor rural e sua família acaba por assumir o exercício das atividades de associativismo, nutrição e educação sanitária na zona rural. Embora exista convênio firmado entre a SETRAPs/EMATER para contratação de Assistentes Sociais, divergências na filosofia de trabalho dificultam a ação integrada destes organismos pertencentes as esferas de governo estadual e federal. A SETRAPs na maioria das vezes concentra a sua atuação na organização de grupos na zona urbana (Quadro XIII). Devemos ressaltar que a duplicação de esforços e os conflitos existentes afetam negativamente o desempenho das atividades inerentes ao componente organização de agricultores.

QUADRO XII

REPARTIÇÃO DE ENCARGOS ENTRE AS ESFERAS DE GOVERNO NO COMPONENTE ORGANIZAÇÃO
DE AGRICULTORES

ATIVIDADES	PLAN.	COORD.	EXEC..	CONTR.	AVAL.
. ASSOCIATIVISMO	F/E	E	F/E	F/E	F/E
. NUTRIÇÃO E EDUCAÇÃO SANITÁRIA	F/E	E	F/E/M	F/E	F/E
. MUTIRÕES: MANUTENÇÃO DE ESCOLAS, POSTOS DE SAÚDE E ESTRADAS	F/E	E	E/M	F/E	F/E

LEGENDA: F = Federal
E = Estadual
M = Municipal

QUADRO XIII

ORGANIZAÇÕES ASSESSORADAS/ATIVIDADES EXECUTADAS PELA SETRAPs
 ATRAVÉS DO COMPONENTE ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES

MUNICÍPIOS	NÚCLEOS	ATIVIDADE	ÁREA DE ATUAÇÃO	FORMA DE ATUAÇÃO
OURO PRETO	NOVA UNIÃO	GRUPO DE JOVENS	SEDE DO NUAR	SETRAPS
		GRUPO DE SENHORAS	SEDE DO NUAR	SETRAPS
ESPIGÃO D'OESTE	NOVA ESPERANÇA	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES	-	-
ROLIM DE MOURA	NOVO HORIZONTE	GRUPO DE MULHERES	SEDE DO NUAR	ATUAÇÃO CONJUNTA SIMSAU/SETRAPS NA CAMPANHA DE COMBATE A MOSCA E MOSQUITOS NO NUAR
		ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA LACERDA DE ALMEIDA	LINHA 144	ATUAÇÃO CONJUNTA SETRAPs/SEAGRI. A SEAGRI PRESTA ASSESSORIA NA ESTRUTURAÇÃO JURÍDICA ATRAVÉS DA DELEGACIA DE AGRICULTURA DE ROLIM DE MOURA
		ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA ROLINENSE	LINHA 176	
		DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE ARMAZÉNS COMUNITÁRIOS (SETRAP/CIBRAZEM)	LINHAS 144, 152, 176 e 188	ATUAÇÃO CONJUNTA SETRAPs/SEAGRI/EMATER/CIBRAZEM. MOBILIZAÇÃO E DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE ARMAZÉNS COMUNITÁRIOS COM OS AGRICULTORES
		ORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL	SEDE DO NUAR	ATUAÇÃO CONJUNTA SETRAPs/SEAGRI/EMATER, COM A PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, IGREJAS CATÓLICAS E LUTERANAS, PREFEITURA MUNICIPAL E COOPERATIVA LOCAL
JARU	THEOBAMA	GRUPO DE ESPORTES	SEDE DO NUAR	SETRAPS
		GRUPO DE SENHORAS	SEDE DO NUAR	SETRAPS (Reuniões para discussão de questões relacionadas a plantas medicinais, horticultura e higiene)
		COMPANHIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	LINHA 597	SETRAPS (aborda questões relativas a doenças tropicais e aquisição de filtro)
	SANTA CRUZ DA SERRA	GRUPO DE JOVENS REUNIÕES COM PRODUTORES RURAIS	SEDE DO NUAR LINHA 630, 632, 628 E NÚCLEO EMERGENCIAL TARILÂNDIA	NAS REUNIÕES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
	PEDRAS BRANCAS	GRUPO DE JOVENS CAMPANHA DE SAÚDE E SANEAMENTO	SEDE DO NUAR SEDE DO NUAR	SETRAPS SETRAPS
		REUNIÕES COM PRODUTORES RURAIS	LINHA 617, 623, 625, 621, 619 COLINA VERDE (NÚCLEO EMERGENCIAL)	SETRAPS /SINDICATO DOS TRABALHADORES/ASSOCIAÇÃO ARQOPAN (Formação de comissões sindicais). SETRAPS (Implantação de Armazém comunitário pela CIBRAZEM)

FONTE: SETRAPs-RO

3. Subsistema de Ações de Apoio à Produção

3.1. Assistência Técnica e Extensão Rural

Cabe a esfera de governo federal, através de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (EMATER/RO), a responsabilidade pela execução das atividades de assistência técnica e extensão rural nos NUAR's. Estão consolidadas nesse órgão todas as atividades de extensão agrícola, exceto as relacionadas com o plantio do cacau. Com relação ao cacau prevalece informalmente a atuação conjunta com outro organismo pertencente a esfera de governo federal, isto é a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). A CEPLAC transfere os pacotes técnicos para a EMATER e permanece com as operações de extensão rural, que são desempenhadas de forma integrada e cooperativa na área de abrangência dos NUAR's.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, outro organismo que também pertence a esfera de governo federal, colabora na execução da atividade de implantação das unidades demonstrativas e de observação. A EMATER recebe assistência técnica desse órgão, através de treinamentos periódicos.

À esfera de governo estadual cabe, através da Secretaria de Estado da Agricultura, cooperar com: o apoio técnico necessário a execução da atividade de assistência técnica a produção animal; o fornecimento de insumos para os campos de produção de sementes e para os viveiros comunitários e individuais. Também, no que se refere a mobilização dos grupos naturais de agricultores está prevista pelo programa a atuação conjunta entre as esferas de governo estadual e federal, isto é entre a SETRAPS e a EMATER.

Na área de abrangência dos NUAR's pesquisados foram assistidos 3185 produtores no período de outubro a dezem-

bro de 1985, representando em média o alcance de 99% das metas programadas. Entretanto, no período de janeiro a março de 1986 somente 1248 produtores receberam assistência da EMATER, ou seja foi atingida em média apenas 40% da programação, isto porque iniciada a época das chuvas as péssimas condições das estradas dificulta o acesso ao produtor rural (Tabela nº 03). A metodologia de trabalho adotada utiliza visita domiciliar, reunião, demonstração de método, dia de campo, unidades demonstrativas e de observação, excursão, etc. (Quadros XV e XVI).

Na assistência técnica a produção vegetal está voltada principalmente para as culturas de arroz, feijão, mandioca, milho, olerícolas, café, guaraná, fruticultura e seringueira. No que tange as culturas permanentes vêm sendo desenvolvido fomento ao café e a seringueira. Para tanto foram implantados em viveiros comunitários e individuais 1.010.100 mudas de café e 103.000 mudas de seringueira.

A pouca quantidade de sementes e mudas fornecidas pela esfera de governo estadual (SEAGRI/RO), aliada a baixa qualidade e a demora do abastecimento se constitui em entrave ao desempenho efetivo da esfera de governo federal (EMATER/RO). Para amenizar a situação a EMATER/RO vem desenvolvendo trabalho comunitário onde todos se beneficiam dos produtos pelo sistema troca-troca (em grãos).

Em função da metodologia adotada permitir o acesso direto ao produtor rural e a sua família a EMATER/RO têm desenvolvido, em sub-projetos, atividades de organização social, educação sanitária e nutricional. Promove, portanto, a formação de grupos de produtores, associações, grupos de senhoras, líderes multiplicadores, sindicatos, etc. Na prática, a atuação é materializada pela implantação dos campos de produção de sementes, viveiros comunitários, horas comunitárias e escolares, construção de armazéns comunitários (EMATER /

CIBRAZEM), além da construção de escolas, postos de saúde , construção e manutenção de estradas vicinais. Ainda mais , as atividades de orientação sanitária e alimentar atinge diretamente as famílias do produtor rural (Quadros XVII, XVIII, XIX e XX).

Desta forma, fica caracterizada a atuação concorrente entre as esferas de governo federal e estadual, isto é EMATER e SETRAPS respectivamente, no que tange ao desenvolvimento de atividades integrantes do componente organização de agricultores. Os paralelismos ocorrem em função da falta de definição clara e precisa do campo de atuação e responsabilidades de cada organismo governamental na execução do programa. A falta de integração e cooperação gera disfunções como: duplicação de esforços, dispersão de reursos escassos e irresponsabilidades no desempenho da ação governamental.

Fica a cargo da esfera de governo federal, ou melhor da EMATER, o planejamento, controle e avaliação da execução das suas atividades. Cabe ao órgão de Coordenação Geral do Programa, a nível estadual, promover a articulação - integração e cooperação - entre os organismos envolvidos e exercer o Planejamento, Controle e Avaliação do Programa do POLONOROESTE em Rondônia. A SUDECO, órgão de Coordenação Geral do Programa a nível federal, participa do planejamento, controle e avaliação das atividades em âmbito nacional.

QUADRO XIVREPARTIÇÃO DE ENCARGOS ENTRE AS ESFERAS DE GOVERNO NO COMPONENTE ASSISTÊN
CIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

ATIVIDADES	PLAN.	COORD.	EXEC.	CONTR.	AVAL.
. Incrementa a avicultura	F/E	E	F	F/E	F/E
. Assistência técnica a produção vegetal	F/E	E	F		
. Assistência técnica a produção animal	F/E	E	F	F/E	F/E
. Utilização racional de várzeas (irrigação e drenagem)	F/E	E	F	F/E	F/E
. Assistência técnica a organização de produtores	F/E	E	F	F/E	F/E
. Implantação de unidades demonstrativas / observação	F/E	E	F	F/E	F/E
. Capacitação de produtores rurais	F/E	E	F	F/E	F/E
. Capacitação de jovens rurais	F/E	E	F	F/E	F/E

LEGENDA: F = Federal
E = Estadual
M = Municipal

TABELA Nº 03

NÚMERO DE PRODUTORES ASSISTIDOS PELA EMATER NOS NUAR's

NÚCLEOS	PERÍODO					
	OUT/DEZ/85			JAN/MAR/86		
	PROGRAMADO	EXECUTADO	%	PROGRAMADO	EXECUTADO	%
ALTO PARAÍSO	320	352	100	320	217	68
PEDRAS BRANCAS	320	296	92	320	111	35
THEOBRAMA	320	268	84	320	136	42
SANTA CRUZ	320	218	68	320	105	33
TEIXEIROPOLIS	320	252	79	320	50	18
NOVA UNIÃO	320	266	83	320	191	60
NOVA COLINA	320	271	85	320	57	28
NOVA BRASÍLIA	320	773	242	320	104	32
NOVO HORIZONTE	320	334	104	320	137	43
NOVA ESPERANÇA	320	155	48	320	140	43
TOTAL	3.200	3.185	99*	3.200	1.248	40*

(*) MÉDIAS

FONTE: Relatório outubro 85 /março/86

Elaboração: CEPA/RO

TABELA Nº 04

NÚMERO DE PRODUTORES ASSISTIDOS POR PRODUTO E
SUB-PROJETOS/COM REPETIÇÃO

PRODUTOS	PRODUTORES ASSISTIDOS	SUB-PROJETOS	PRODUTORES ASSISTIDOS
ARROZ	1.022	Produção de Sementes/ Mudas	336
FEIJÃO	182	Pró-Varzea	103
MANDIOCA	43	Fontes alternativas	475
MILHO	953	Apicultura	08
CAFÉ	1.201	Avicultura	129
GUARANÁ	85	Suinocultura	155
FRUTICULTURA	323	Ovino/Caprinocultura	20
SERINGUEIRA (EXTRA PROBOR)	199	Administração Rural	348
		Comercialização/Armaze- nagem	283
		Grandes animais	1.230
SUB-TOTAL	4.008		3.087
TOTAL			7.095

FONTE: Relatório outubro/dezembro/85

Elaboração: CEPA/RO

QUADRO XV

DEMONSTRATIVO DA METODOLOGIA UTILIZADA NOS NUAR's - EMATER/OUT/DEZ/85

NÚCLEOS	VISITAS	REUNIÃO		D.M.		CAP. M.OBRA		EXCURSÃO		PROGRAMA RÁDIO	CAMPANHA	UNID. OBS.	UNID. DEM.	D. CAMPO	
		Nº	PART.	Nº	PART.	Nº	PART.	Nº	PART.					Nº	PART.
ALTO PARAÍSO	167	13	161	03	21	-	-	01	15	-	-	-	-	-	-
PEDRAS BRANCAS	144	12	174	22	64	-	-	02	20	-	-	-	-	-	-
THEOBAMA	356	06	93	02	07	-	-	02	23	-	-	01	-	-	-
SANTA CRUZ	111	07	68	17	42	02	18	-	-	-	-	-	08	-	-
TEIXEROPOLIS	268	16	215	-	-	04	50	-	-	01	01	-	01	-	-
NOVA UNIÃO	29	11	408	05	25	01	27	09	36	02	03	-	-	01	211
NOVA COLINA	107	04	111	15	47	02	37	01	11	-	-	-	01	-	-
NOVA BRASÍLIA	240	14	189	10	54	01	12	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVO HORIZONTE	105	33	554	13	31	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-
NOVA ESPERANÇA	152	46	569	19	196	04	68	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.679	162	2.542	106	487	13	212	15	105	03	05	01	10	01	211

FONTE: EMATER-RO

QUADRO XVI

DEMONSTRATIVO DA METODOLOGIA UTILIZADA NOS NUAR's - EMATER - JAN/MARÇO/86

NÚCLEOS	VISITAS	REUNIÃO		D.M.		EXCURSÃO		D. CAMPO		UNID. OBSER-	UNID. DEMONS-
		Nº	PART.	Nº	PART.	Nº	PART.	Nº	PART.	VADA	TRADA
ALTO PARAÍSO	156	13	117	-	-	-	-	02	82	-	01
PEDRAS BRANCAS	117	06	56	13	65	-	-	-	-	-	02
THEOBAMA	203	05	66	35	39	-	-	-	-	-	21
SANTA CRUZ	140	03	26	20	84	-	-	-	-	-	-
TEIXEIROPOLIS	114	-	-	-	-	-	-	01	191	-	03
NOVA UNIÃO	361	08	159	-	-	-	-	-	-	-	03
NOVA COLINA	84	02	07	-	-	-	-	-	-	01	-
NOVA BRASÍLIA	104	01	09	-	-	-	-	01	120	18	-
NOVO HORIZONTE	53	03	25	08	50	-	-	-	-	-	-
NOVA ESPERANÇA	167	31	314	21	66	01	07	01	80	-	-
TOTAL	1.499	72	779	97	304	01	07	05	473	19	30

FONTE: EMATER-RO

QUADRO XVII

DESEMPENHO EM ORGANIZAÇÃO SOCIAL - EMATER - OUT/DEZ/85

NÚCLEOS	ASSOCIAÇÃO		GRUPO PRODUTOR		GRUPO DONA DE CASA		LÍDERES MULTIPLICADORES
	Nº	PART.	Nº	PART.	Nº	PART.	
ALTO PARAÍSO	-	-	10	170	-	-	10
PEDRAS BRANCAS	-	-	11	145	-	-	07
THEOBAMA	01	290	10	170	01	10	10
SANTA CRUZ	-	-	08	89	01	13	04
TEIXEIROPOLIS	-	-	11	172	-	-	11
NOVA UNIÃO	-	-	03	90	02	30	09
NOVA COLINA	01	58	16	240	-	-	12
NOVA BRASÍLIA	-	-	-	-	-	-	08
NOVO HORIZONTE	-	-	-	-	-	-	-
NOVA ESPERANÇA	-	-	11	145	01	12	10
TOTAL	02	348	80	1.221	05	65	81

FONTE: EMATER-RO

QUADRO XVIII

DESEMPENHO EM ORGANIZAÇÃO SOCIAL RURAL - EMATER - JAN/MARÇO/86

NÚCLEOS	ASSOCIAÇÃO		GRUPO PRODUTOR		GRUPO DONA DE CASA		LÍDERES MULTIPLICADORES
	Nº	PART.	Nº	PART.	Nº	PART.	
ALTO PARAÍSO	-	-	10	170	-	-	-
PEDRAS BRANCAS	-	-	05	51	-	-	-
THEOBRAMA	01	320	10	170	01	10	-
SANTA CRUZ	-	-	08	89	01	13	-
TEIXEIROPOLIS	-	-	11	172	-	-	-
NOVA UNIÃO	-	-	-	-	-	-	-
NOVA COLINA	01	59	16	240	-	-	-
NOVA BRASÍLIA	-	-	-	-	-	-	-
NOVO HORIZONTE	-	-	08	-	-	-	-
NOVA ESPERANÇA	-	-	11	145	01	12	-;
TOTAL	02	379	79	1.037	03	35	-

FONTE: EMATER-RO

QUADRO XIX

DESEMPENHO NO SUB-PROJETO EDUCAÇÃO SANITÁRIA- OUT/DEZ/85

NÚCLEOS	CONSTRUÇÃO POÇO		CONSTRUÇÃO INST. SANIT.		CONSTRUÇÃO RESIDÊNCIA		LIMPAR ARREDORES		VACINAR OS FILHOS		COMBATER MOSCAS		FILTRO D'ÁGUA		VERMINOSES	
	ORIENT.	ADOT.	ORIENT.	ADOT.	ORIENT.	ADOT.	ORIENT.	ADOT.	ORIENT.	ADOT.	ORIENT.	ADOT.	ORIENT.	ADOT.	ORIENT.	ADOT.
ALTO PARAÍSO	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PEDRAS BRANCAS	09	-	10	-	-	-	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-
THEOBAMA	05	04	-	-	19	18	-	-	-	120	-	-	13	01	03	09
SANTA CRUZ	09	10	03	03	05	02	07	06	05	07	04	-	09	10	-	-
NOVA UNIÃO	18	-	118	09	-	-	-	-	115	95	06	01	115	53	12	10
TEIXEIROPOLIS	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	09	-	-	-	-	-
NOVA COLINA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NOVA BRASÍLIA	-	-	02	-	-	-	08	01	-	-	-	-	18	-	05	-
NOVA HORIZONTE	03	03	64	03	-	-	64	-	64	04	64	-	66	18	66	-
NOVA ESPERANÇA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	09	-
TOTAL	44	17	210	15	24	20	106	07	184	226	83	01	221	82	95	19

FONTE: EMATER-RO

QUADRO XX

DESEMPENHO NO SUB-PROJETO EDUCAÇÃO ALIMENTAR - EMATER - OUT/DEZ/85

NÚCLEOS	HORTAS ESCOLARES		HORTAS DOMÉSTICAS		HORTAS COMUNITÁRIAS		DIV. ALIMENTOS (FAMÍLIAS)		INDUST. DE ALIMENTOS (FAMÍLIAS)	
	ORIENTADAS	INSTALADAS	ORIENTADAS	INSTALADAS	ORIENTADAS	INSTALADAS	ORIENTADAS	ADOTANTES	ORIENTADAS	ADOTANTES
ALTO PARAÍSO	13	06	02	02	-	-	06	-	21	-
PEDRAS BRANCAS	08	-	01	01	-	-	03	-	-	-
THEOBRAMA	16	12	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA CRUZ	08	04	-	-	-	-	05	-	06	03
TEIXEIROPOLIS	04	10	-	-	-	-	-	-	03	03
NOVA UNIÃO	20	01	01	-	06	-	150	50	-	-
NOVA COLINA	10	12	10	03	12	-	-	-	-	-
NOVA BRASÍLIA	83	02	01	-	-	-	-	-	-	-
NOVO HORIZONTE	38	32	04	-	-	-	-	-	04	06
NOVA ESPERANÇA	27	05	01	-	-	06	-	-	16	05
TOTAL	227	84	20	06	18	06	164	50	50	17

FONTE: EMATER-RO

3.2. Abastecimento de insumos e produção de mudas

A esfera de governo estadual, através da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI/RO), que responsabiliza-se pela execução dessa ação recentemente delineada, limitou-se a implantação e manutenção de viveiros para produção de comercialização de mudas. A estratégia de operacionalização estabelece as seguintes medidas a serem adotadas:

a) VIVEIRO CENTRAL:

Área: 300m^2

Número de mudas: 10.500

Localização: área urbana de cada NUAR

b) VIVEIROS COMUNITÁRIOS:

Área: 558m^2

Área total: 4.615m^2

Nº de viveiro/NUAR: em torno de 08

Nº de mudas/produtos: 1.388

Localização: lotes ou núcleos secundários, contando com condições viáveis (de solo e água)

O órgão estadual de agricultura atua de forma exclusiva na implantação e manutenção do viveiro central. Neste viveiro são produzidas mudas que requeiram maior cuidado técnico, para atender as falhas existentes nos viveiros comunitários e a demanda de produtores isolados.

A implantação e manutenção dos viveiros comunitários envolve a atuação conjunta dos produtores rurais e das esferas de governo federal e estadual. A SEAGRI/RO repassa os insumos e equipamentos necessários. Os produtores colaboram com a mão-de-obra para construção e manutenção dos viveiros. A EMATER, organismo federal, presta assistência técnica

ca arrolando para si a responsabilidade pela execução desta atividade.

No viveiro central a produção de mudas foi penalizada devido as descontinuidades das ações no campo. O atraso da liberação de recursos, a dificuldade para obtenção de mão-de-obra e a falta de capacitação técnica foram dificuldades que interferiram negativamente no pleno desenvolvimento das atividades prejudicando o cronograma de execução. Todos os NUAR integrantes da amostra da pesquisa já possuem viveiro central, em fase de implantação, nos moldes estabelecidos pelo programa. Porém, embora tenha sido prevista uma diversidade de espécies de sementes para a produção das mudas, o viveiro central está voltado principalmente para a produção de mudas de café (Quadro XXII). Além do mais não foi efetuado diagnóstico das reais demandas da região, esperando-se que com o decorrer do tempo ocorram os ajustes necessários corrigindo as distorções da padronização imposta pelo programa.

Quanto a atuação conjunta SEAGRI/EMATER/PRODUTOR RURAL o atraso no repasse de insumos pela esfera de governo estadual, isto é a SEAGRI, dificulta a execução das atividades relativas a implantação dos viveiros comunitários. A EMATER mobiliza os agricultores e queixa-se do desgaste gerado - descrédito da comunidade nas instituições governamentais - em função do organismo estadual de agricultura não assumir a contento as responsabilidades que lhe foram atribuídas. Na área de abrangência do programa foram implantados 336 viveiros individuais e comunitários, sendo que 57% estão destinados a cafeicultura (Tabela nº 05). A repartição de encargos entre as esferas de governo, estabelecida através de convênio, abrange desde a implantação dos viveiros até a comercialização pelo sistema troca-troca.

A comercialização dos insumos pelo sistema troca - troca no momento está sendo efetuada unicamente pelas Delegacias Estadual de Agricultura localizadas nos Municípios. Na distribuição de sementes para o agricultor, para cada 1 (um) quilo devem ser restituídos 2 (dois), 2 e $2\frac{1}{2}$ (dois e meio) e 3 (três) quilos, respectivamente, nas culturas de feijão, arroz e milho. O total de sementes distribuídas espera-se um aumento considerável da produção e dos grãos que serão comercializados e revertidos em sementes novamente.

QUADRO XXI

REPARTIÇÃO DE ENCARGOS ENTRE AS ESFERAS DE GOVERNO NO COMPONENTE ABASTECIMENTO DE INSUMOS E PRODUÇÃO DE MUDAS

ATIVIDADES	PLAN.	COORD.	EXEC.	CONTR.	AVAL.
. Produção de mudas					
. Implantação de viveiro central	F/E	E	E	F/E	F/E
. Implantação de viveiros comunitários	F/E	E	F/E	F/E	F/E

LEGENDA: F = Federal
E = Estadual
M = Municipal

QUADRO XXIIMUDAS A SEREM PRODUZIDAS NO VIVEIRO CENTRAL
(1985-1986)

ESPÉCIES	MUDAS/ PRODUTOR	TOTAL DE MUDAS
01 CASTANHA DO BRASIL	100	31.000
02 GUARNÃ	1.200	372.000
03 CUPUAÇU	800	247.200
04 CAFÉ	4.400	1.359.600
05 SERINGUEIRA	825	264.120
06 CITRUS	800	247.200
07 ABACATE	400	124.000
08 PIMENTA DO REINO	2.200	685.980
09 AÇAÍ	120	6.720
10 PUPUNHA	160	8.960
11 BACABA	120	6.720
12 CÔCO	40	2.200
13 MANGA	30	1.650
14 JACA	30	1.650
15 URUCUM	120	6.720
16 DÊNDE	83	4.565
17 ARAÇA-BOI	187	10.285
18 ARAÇA-PÊRA	250	13.750
19 BACURI-PARI	83	4.565
20 GRAVIOLA	120	6.720
21 ATA	160	8.960
22 JENIPAPO	30	1.650
23 BIRIBA	444	24.420
TOTAL	-	3.440.635

FONTE: SEAGRI-RO

TABELA Nº 05

NÚMERO DE VIVEIROS INDIVIDUAIS E COMUNITÁRIOS

ESPECIFICAÇÃO	VIVEIROS INDIVIDUAIS E COMUNITÁRIOS	%
CAFEICULTURA	192	57
CITRICULTURA	02	2
GUARANAICULTURA	03	2
HEVEICULTURA	139	41
TOTAL	336	-

FONTE: Relatório outubro/dezembro-85

Elaboração: CEPA/RO

3.3. Armazenamento

O POLONOROESTE financia a construção e manutenção de 19 (dezenove) unidades de secagem e estocagem de produtos. Os depósitos padronizados com capacidade aproximada de 2500 toneladas, equipados com secadores e limpadores de grãos, estariam localizados estrategicamente em NUAR's selecionados dentre os 34 (trinta e quatro) que ainda não contam com unidades armazenadoras. Ou ainda, poderia ser considerada a possibilidade de construção de depósitos menores, com 1.500 toneladas, para habilitar cada NUAR de depósitos próprios.

A execução do componente armazenagem cabe exclusivamente a esfera de governo federal, isto é a Companhia Brasileira de Armazenamento - CIBRAZEM. A esfera de governo estadual colabora na execução da classificação dos produtos, através de engenheiro agrônomo pertencente a Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI/RO).

A esfera de governo estadual deveria participar da definição do plano, cronograma e método de operacionalização das Unidades Armazenadoras, fato que na realidade não aconteceu. A esfera de governo federal acaba por assumir exclusivamente em Rondônia, o planejamento, coordenação e execução das atividades de armazenagem. O órgão de coordenação estadual do POLONOROESTE consegue apenas acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades executadas pela CIBRAZEM.

Apenas 50% dos Núcleos pesquisados possuem Unidades Armazenadoras da CIBRAZEM, isto é Alto Paraíso, Theobrama, Santa Cruz da Serra, Nova Colina e Nova Brasília. Além do mais as precárias condições das estradas para escoamento da produção, o baixo preço dos produtos estabelecidos pela Comissão de Financiamento da Produção - CFP (órgão do

governo federal) e a demora no pagamento aos pequenos produtores, que carentes de recursos, ainda precisam deslocar-se para a agência do Banco do Brasil, localizada na sede dos Municípios, desestimulam o incremento da produção agrícola.

Para possibilitar ao pequeno produtor de alimentos básicos gerir as soluções para os seus problemas comuns em um esforço cooperativo, a CIBRAZEM instituiu o programa de Armazenamento Comunitário. O intuito é facilitar o acesso dos produtos ao mercado e aos consumidores de baixa renda, aos mecanismos de Política Agrícola e habilitar os agricultores em gerência e operação de unidades armazenadoras. Espera-se, portanto, suprir as carências de infraestrutura e as distorções existentes facilitando o acesso aos meios adequados as reais necessidades do pequeno produtor.

Na execução desse subprojeto, recentemente delineado, atuam conjuntamente as esferas de governo estadual e federal. A execução não envolve as unidades da SEAGRI e da CIBRAZEM interiorizadas nos NUAR's. Porém, nos detemos a abordar a questão em função da importância da ação da SEAGRI em conjunto com a CIBRAZEM, através dos Delegados e Gerentes respectivamente, na busca de desenvolver o espírito comunitário e atender as demandas adequadas ao pequeno produtor. Ainda mais a área de atuação do sub-projeto abrange os Municípios de Ariquemes, Cacoal, Ouro Preto, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Rolim de Moura e Presidente Médice, integrantes do PDRI/RO, e conseqüentemente os seus Núcleos.

Desta vez a SETRAPs, organismo estadual, está formalmente alijada do processo de organização social dos agricultores, embora participe informalmente na implementação das Unidades Armazenadoras Comunitárias no raio de ação de alguns NUAR's. Das 12 (doze) Unidades Armazenadoras Comunitárias (UAC's) previstas 5 (cinco) já foram construídas (Quadro XXIV). A participação comunitária verificada têm sido altamente gratificante, garantindo o sucesso e a continuidade do programa.

QUADRO XXIII

REPARTIÇÃO DE ENCARGOS ENTRE AS ESFERAS DE GOVERNO NO COMPONENTE ARMAZENAMENTO

ATIVIDADES	PLAN.	COORD.	EXEC.	CONTR.	AVAL.
. SECAGEM E ESTOCAGEM DE PRODUTOS	F	F	F	F/E	E/F

LEGENDA: F = Federal
E = Estadual
M = Municipal

QUADRO XXIV

UNIDADES ARMAZENADORAS COMUNITÁRIAS (UAC's)

MUNICÍPIO	TIPO	CAPACIDADE	LOCALIZAÇÃO/PDRI	QUANTIDADE	CONSTRUÇÃO
ARIQUEMES	ALVENARIA	500t	LINHA 105	01	REALIZADA
			LINHA p80	01	REALIZADA
CACOAL	ALVENARIA	500t	LINHA 10	01	REALIZADA
			LINHA 02	01	REALIZADA
			LINHA CEDRÃO	01	PREVISTA
OURO PRETO	ALVENARIA	500t	LINHA 62	01	PREVISTA
			LINHA 203	01	PREVISTA
JI-PARANÁ	ALVENARIA	500t	CRISTO REDENTOR	01	PREVISTA
PIMENTA BUENO	ALVENARIA	500t	ABAETARÁ	01	REALIZADA
ROLIM DE MOURA	ALVENARIA	500t	LINHA 176	01	PREVISTA
			LINHA 144	01	PREVISTA
PRESIDENTE MÉDICE	ALVENARIA	500t	COMUNIDADE SANTA ROSA	01	PREVISTA

FONTE: CIBRAZEM-RO

CONCLUSÕES

A evolução do sistema federalista brasileiro levou ao estreitamento das relações intergovernamentais. No modelo federalista cooperativo atualmente vigente no país as esferas de governo estão intimamente ligadas entre si: o que uma esfera de governo faz ou deixa de fazer afeta as demais. A prestação de serviços públicos, via de regra, pode ser executada por qualquer uma das 3 (três) esferas de governo - União, Estado e Município - ou por todas elas ao mesmo tempo. O sistema de competências concorrentes requer um alto nível de Coordenação e integração intergovernamental, muitas vezes difícil de ser conseguido devido ao princípio de autonomia implícito no federalismo.

A integração e a cooperação passam a ser pressupostos básicos da ação governamental. A atuação isolada, vista como disfuncional, acarreta conseqüências negativas, ou seja: duplicação ou triplicação de esforços, dispersão de recursos, conflitos, competição estéril e irresponsabilidades.

Rondônia, um Estado agrícola recentemente criado, sobrevive graças a auxílios financeiros da União. Levará algum tempo para que as esferas de governo estadual e municipal consolidem suas máquinas administrativas e passem a arcar com os gastos mínimos de custeio e capital. O governo federal - responsável pelo processo de construção nacional - financia obras e institui programa especial de desenvolvimento com o intuito de expandir a economia rondoniense. Além do mais colabora mantendo quadro de pessoal contratado até 31 de dezembro de 1981.

Como característica especial desse novo Estado podemos destacar as políticas de descentralização de serviços públicos. No setor educação, seguindo preceitos da Lei nº 5692,

de 11 de agosto de 1975, ocorre a municipalização da rede oficial de ensino de 1º e 2º graus. Tal medida foi formalizada pelo Decreto nº 1100/79 do então Governo do Território Federal de Rondônia.

No setor saúde encontra-se sob a responsabilidade exclusiva da esfera de governo municipal a execução dos serviços de saúde nos Postos de Saúde, Centros de Saúde e Unidades Mistas. Também são utilizados os serviços administrativos das Prefeituras Municipais como suporte para a rede hospitalar.

O modelo de desenvolvimento adotado em Rondônia, essencialmente agrícola, está calcado na colonização por pequenos produtores rurais. Daí que, o governo federal instituiu um Programa de Desenvolvimento Rural Integrado como o POLONOROESTE, voltado para atender as necessidades básicas dos pequenos produtores interiorizando ações sociais e de apoio à produção em Núcleos Urbanos de Apoio Rural - NUAR's. A execução do POLONOROESTE envolve a atuação integrada e cooperativa de uma multiplicidade de organismos governamentais pertencentes as esferas de governo federal, estadual e municipal. Para que seus objetivos sejam alcançados torna-se fundamental um esquema efetivo de coordenação interinstitucional.

Apesar do esforço no sentido da atuação integrada e racional do poder público prevalece o descompasso no desempenho da ação governamental. Devemos levar em consideração além das disfunções existentes no atual modelo federalista cooperativo a fase de transição que atravessa o país. A reestruturação administrativa e a redefinição das políticas governamentais atingem diretamente as instituições governamentais envolvidas na execução do POLONOROESTE.

Esse contexto afeta tanto o planejamento como a coordenação, execução, controle e avaliação do programa. Como

planejar sem a existência de políticas e diretrizes governamentais precisas? Do ponto de vista gerencial foram dificultadas as contratações de pessoal há muito apontadas como urgentes para melhor operacionalização dos serviços. Dentre os vários entraves existentes que afetam negativamente a implementação das ações sociais e de apoio a produção, destacamos:

- . carência qualitativa e quantitativa de pesso-al nos órgãos executores;
- . superposição de trabalhos em função da atuação isolada das missões internacionais federais e estaduais no que tange ao acompanhamento e supervisão para avaliação do programa;
- . desintegração, inadequação e morosidade no cumprimento das atividades de treinamento de pesso-al;
- . dificuldades da coordenação estadual do programa CGP/SEPLAN para influenciar as decisões de investimentos ou ações dos organismos federais envolvidos na execução do programa;
- . excesso de práticas emergenciais e reduzido índice de integração, informação e conhecimento preciso dos resultados obtidos;
- . tratamento superficial dado a readequação dos diversos órgãos executores;
- . incapacidade técnica e administrativa ou irresponsabilidades dos organismos estaduais para assumir a contento os encargos que lhes foram atribuídos na execução do programa;

- . competição estéril e conflitos entre as esferas de governo na execução das atividades de associativismo, nutrição e educação sanitária.

A coordenação estadual do POLONOROESTE não desempenhou a contento as suas atribuições específicas. A superposição de instâncias de coordenação dificulta a articulação em alguns casos onde organismos das esferas de governo federal e estadual estão envolvidos. Devido a inexistência de um esquema de coordenação adequado, não ocorre integração entre os organismos governamentais responsáveis pela execução das ações sociais e de apoio à produção nos NUAR's.

Os Planos Operativos Anuais do POLONOROESTE delinham apenas as diretrizes gerais para a operacionalização dos componentes do programa. Desta forma, definem superficialmente os encargos e recursos financeiros para a execução de determinadas metas, projetos executivos ou atividades consideradas prioritárias no período. Para melhor estabelecer a repartição de encargos e recursos têm sido firmados convênios entre os organismos governamentais envolvidos na execução das ações sociais e de apoio à produção. Porém esses mecanismos de integração e cooperação muitas vezes são utilizados de forma inadequada servindo de obstáculos em vez de estabelecer fluxo harmônico e contínuo da ação governamental.

É importante considerar, até o momento, o Plano Agrícola como o passo mais importante na procura de uma ação integrada para a solução parcial dos problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais. Finalmente, conseguiu-se sair da rotina de programações isoladas dos organismos federais e estaduais que atuam na execução das ações de apoio à produção. Em consequência, a partir de 1986, organismos federais como a CIBRAZEM e a CFP participam de modo mais significativo da execução do Programa. Daí que surge o Programa

de Armazenamento Comunitário.

Apesar da excessiva padronização, de certas falhas de coordenação e do descompasso ainda existente algumas dificuldades foram contornadas no que tange especificamente ao setor agrícola. Porém, abordando o programa de forma globalizante, a falta de definição clara e precisa do papel e da metodologia ser adotada geram desgastes na atuação dos organismos governamentais. Verifica-se uma multiplicidade de reuniões dirigidas para o produtor rural e sua família. A desintegração das equipes a nível de campo, nos NUAR's, prejudica profundamente o trabalho, e concomitantemente, o productor e a produção rural.

No componente organização de agricultores, inúmeros são os conflitos existentes entre a esfera de governo federal e estadual, ou seja EMATER e SETRAPS. A metodologia de trabalho adotada, inovadora e rica de intenções, encontrou sérios obstáculos políticos e institucionais. Além da carência de recursos humanos capazes de decodificar e operacionalizar certas técnicas e conceitos, os jogos de interesses impossibilitam a viabilização efetiva da participação social dos pequenos produtores. Apesar do Plano Operativo Anual reforçar a necessidade de atuação conjunta, inexiste mecanismo que estabeleça formalmente o papel de cada organismo governamental. O único convênio existente se limita a possibilitar a colaboração da EMATER na contratação de pessoal - assistentes sociais - para a SETRAPS.

Nos componentes saúde e educação existem mecanismos de cooperação intergovernamentais - convênios, decretos, regulamentos, etc. - utilizados na descentralização dos serviços públicos. Porém, os organismos estaduais não cumpriram com o que foi formalmente estabelecido sendo precária a situação das ações de educação e ainda mais desalentadora no que tange as ações de saúde.

Em consequência os objetivos e metas estabelecidos para o programa não foram alcançados. Estava prevista a implantação de 39 (trinta e nove) NUAR's em Rondônia. Até o momento apenas 20 (vinte) NUAR's estão construídos, sendo que 10 (dez) encontram-se em pleno funcionamento e os restantes em fase de implementação.

O período de duração do programa seria 5 (cinco) anos, isto é, entre 1981 e 1985. Entretanto recursos financeiros ainda estão sendo repassados na tentativa de corri - gir as distorções e consolidar as ações sociais e de apoio a produção nos NUAR's (Anexo II). A situação torna-se mais alarmante se aliarmos a defasagem entre a previsão inicial e a implantação com a deficiência dos serviços públicos prestados nos NUAR's . Mesmo nos 10 (dez) NUAR's já devidamente implantados, onde realizamos a pesquisa de campo, como vimos constata-se o funcionamento insatisfatório dos serviços públicos. Além do mais as esferas de governo estadual e municipal continuam incapazes de arcar com o ônus das ações continuadas ao programa.

Esforços no sentido de uma coordenação institucio-
nal adequada, bem como na capacitação técnico administrati-
va e financeira das instituições governamentais envolvidas
parecem prioritários para que os objetivos do programa con
sigam ser alcançados. É importante a montagem de um siste-
ma de informações, controle e avaliação que permita o conhe
cimento preciso dos resultados obtidos. Além do mais reade-
quações devem ser efetuadas estabelecendo claramente o pa
pel de cada organismo governamental e alocando os recursos
necessários para que não sejam geradas irresponsabilidades
no desempenho da ação governamental.

BIBLIOGRAFIA

1. Publicações avulsas (livros, folhetos, etc.)

BRASILEIRO, Ana Maria. O federalismo cooperativo. In: Sim
pósio sobre Relações Intergovernamentais. Rio de Janei
ro, IBAM, 1973, p. 27-71.

CAVALCANTI, Themistocles Brandão et alii. Estudos sobre a
Constituição de 1967 e a Emenda nº 1. Rio de Janeiro ,
FGV, 1977.

DIAS, Expedito S. Porpino. Relações intergovernamentais e
atendimento de necessidades básicas. In: Modernização
administrativa: coletânea de monografias. Brasília ,
IPCA/SEMOR, 1978.

GOVERNO do Estado de Rondônia. Associação de Assistência
Técnica e Extensão Rural (ASTER-RO). Metodologia para
elaboração do diagnóstico da área de abrangência dos
NUAR's. Porto Velho, 1983.

GOVERNO do Território Federal de Rondônia. Secretaria de
Agricultura e Colonização. Síntese do sistema agrícola
para o pequeno produtor. Porto Velho, 1980.

_____. Secretaria de Planejamento. Diretrizes para o
Governo de Rondônia. Porto Velho, 1981.

_____. Secretaria de Planejamento. Resumo sintético
do POLONOROESTE. Porto Velho, 1981.

_____. Secretaria de Planejamento. Rondônia: uma no
va realidade político-institucional. Porto Velho, 1981.

_____. Secretaria de Planejamento. Rondônia: probleme
mas e perspectivas. Porto Velho, 1979.

INSTITUTO Brasileiro de Administração Municipal. Diagnóstico dos Municípios de Rondônia. Rio de Janeiro, 1981.

_____. Centro de Pesquisas Urbanas. Pesquisa sobre as relações intergovernamentais: O Estado e o Município. Rio de Janeiro, 1974.

_____. Pesquisa sobre relações intergovernamentais : União-Município. Rio de Janeiro, 1976.

LORDELLO DE MELLO, Diogo. Administração urbana: sistemas e diagnóstico. Rio de Janeiro, IBAM, 1978.

_____. O Município na organização nacional. Rio de Janeiro, IBAM, 1971.

MACHADO JUNIOR, José Teixeira. Integração: planejamento - orçamento. In: Simpósio sobre Relações Intergovernamentais. Rio de Janeiro, IBAM, 1973, p. 75-110.

OLIVEIRA TORRES, João Camilo. A formação do federalismo no Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1961.

SUPERINTENDÊNCIA de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). POLONOROESTE. Plano operativo anual - 1985 - 86. Brasília, 1985.

_____. Projeto de Colonização de Novas Áreas. Brasília, jul./1982.

_____. Relatório de Avaliação Técnica - primeira fase. Brasília, jan./1981.

_____. Relatório de Monitoria - out.85/mar.86 - exercício fiscal 85/86. Brasília, 1985.

TRIGUEIRO, Osvaldo. Direito Constitucional Estadual. Rio de Janeiro, Forense, 1980.

VIEIRA, Paulo Reis. Mecanismos financeiro do sistema de relações intergovernamentais. In: Simpósio sobre Relações Intergovernamentais. Rio de Janeiro, IBAM, 1973 , p. 112-140.

2. Periódicos

BORJA, Célio. Federalismo brasileiro. Revista de Finanças Públicas. Brasília, Secretaria de Economia e Finanças, 350 (42):7-14, abr./mai./jun. 1982.

CINTRA, Antônio Otávio. A integração no processo político no Brasil: algumas hipóteses inspiradas na literatura. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, FGV , 5(2):5-30.

COSTA, Alcides Jorge. Algumas considerações sobre a reforma tributária. Revista de Finanças Públicas. Brasília, Secretaria da Economia e Finanças, 307(46):5-8, ago./set./out. 1986.

ELAZAR, Daniel J. Tendências centralizadoras e descentralizadoras do sistema federativo contemporâneo: uma análise preliminar. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, IBAM, 155(27):38-50, abr./jun. 1980.

LOBO, Tereza. A repartição de encargos: divisão de trabalho e poder no setor público. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, IBAM, 163(29):25-34, abr./jun. 1982.

LOBO, Tereza. Competências tributárias em regimes federativos. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, IBAM, 175(32):24-35, abr./jun. 1985.

_____. Federalismo em questão: recuos e avanços. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, UFMG, 55:163-196, jul. 1982.

LORDELLO DE MELLO, Diogo. Federalismo e relações intergovernamentais. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, IBAM, 132(22):5-20, set./out. 1975.

_____. A descentralização administrativa e a realidade municipal brasileira. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, IBAM, 50:33-50, jan./fev. 1962

LOUREIRO PINTO, Aluizio. Os Estados e a racionalização administrativa. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, IBAM, 143(24):05-18, jul./ago. 1977.

MARTINS, Ives Granda da Silva. O sistema federativo e a organização tributária. Revista de Finanças Públicas. Brasília, Secretaria de Economia e Finanças, 366(46):33-43, abr./mai./jun. 1986.

PEDROSA, Bernardete. Perspectivas do federalismo brasileiro. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, UFMG, 52:105-28, jan. 1981.

PETAK, W. J. O federalismo criativo e as relações intergovernamentais. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, IBAM, 108(8):21-36, set./out. 1971.

SILVA, Fernando A. Rezende da. A evolução das funções do governo e a expansão do setor público brasileiro. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, 1(2):235 - 82, dez. 1971.

SILVA, Fernando A. Rezende da e BRASILEIRO, Ana Maria . A repartição de encargos entre níveis de governo. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, FGV, 18(3):66-87, jul./set. 1984.

_____ e LOBO, Tereza. Competência tributária em regimes federativos. Revista de Finanças Públicas. Brasília, Secretaria de Economia e Finanças, 362(45):15-39 , abr./mai./jun. 1985.

VIEIRA, Paulo Reis. Em busca de uma teoria de descentralização. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, FGV, 2:45-69, 2º sem. 1967.

ANEXO 01

DEMONSTRATIVO DOS ÓRGÃOS/ATIVIDADES EXECUTADAS NOS NUAR's
AGOSTO-1986

Unidade Executora	Subordinação da Unidade Executora	Atividades Executadas nos NUAR's	Co-participação de outros órgãos ou unidades		
			Órgãos/unidades	Atividades	Especificações
Escola-Polo	Secretaria Municipal de Educação (SEMEC)	Gestão das atividades administrativas, pedagó- gicas e de assistência ao educando das unida- des escolares. Supervisão e orientação dos professores das es- colas satélites.	EMATER	Hortas Escolares	Assistência técnica na implantação e manuten- ção de hortas escolares.

ANEXO 01

CONT.

Unidade Executora	Subordinação da Unidade executora	Atividades executadas nos NUAR's	Co-participação de outros órgãos ou unidades		
			Órgãos/unidades	Atividades	Especificações
Posto de Saúde - PS-II	Secretaria Municipal de Saúde (SEMSAU)	1) Serviços primários de Saúde: <ul style="list-style-type: none"> . aplicação de injeções, pequenos curativos e distribuição de medicamento; . encaminhamento dos casos graves para as unidades de saúde localizadas na sede do Município; . visitas domiciliares. 	Os demais órgãos que atuam nos NUAR's (SEMEC, SETRAPS, EMATER, SEAGRI)	Campanhas de vacinação	Divulgação das campanhas de vacinação
		2) Campanhas de vacinação	A coordenação Técnica (SEPLAN) e a administração do Núcleo (Prefeitura) e os demais órgãos interiorizados nos NUAR's que possuem veículos.	Transporte de pacientes	Empréstimo dos veículos disponíveis nos NUAR's para deslocamento de pacientes graves ao Município.
		3) Controle de malária - Coleta de sangue para exame.	SUCAM	Controle da Malária	<ul style="list-style-type: none"> . análise de resultado dos exames de Malária . fornecimento de medicamentos para tratamento dos casos de Malária.

Unidade Executora	Subordinação da Unidade Executora	Atividades Executadas nos NUAR's	Co-participação de outros órgãos ou unidades		
			Órgãos/unidades	Atividades	Especificações
Escritório de Promoção social nos NUAR's	Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social (SETRAPS-RO)	Associativismo	SEAGRI/EMATER	Mobilização e orientação de agricultores	Convocação dos agricultores e participação das reuniões, visitas domiciliares e treinamento para formação de associações.
		Nutrição e educação sanitária	SEMSAU (Posto de Saúde do Médico) EMATER	Higiene e saúde Nutrição	Orientação a família dos agricultores sobre saneamento básico, visando a prevenção de doenças e preservação da saúde, higiene da família e da casa, observando a melhoria do abastecimento, distribuição de água e destino de dejetos de lixo. Orientação a família dos agricultores sobre hábitos alimentares adequados a região e alternativas de produção para melhoria do padrão nutricional.
		Mutirões para manutenção de postos de saúde, escolas e estradas.	EMATER/SEMSAU/SEMEC DER	Mobilização da comunidade Manutenção das estradas	Convocação da comunidade para participação nos mutirões Orientação, empréstimo de equipamentos, etc.

ANEXO 01

CONT.

Unidade Executora	Subordinação da Unidade executora	Atividades executadas nos NUAR's	Co-participação de outros órgãos ou unidades		
			Órgãos/unidades	Atividades	Especificações
Escritório de Assistência Técnica e Extensão Rural	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia (EMATER-RO)	<ul style="list-style-type: none"> . Incremento a avicultura . Assistência técnica à produção vegetal . Assistência técnica à produção animal . Utilização nacional de várzeas (irrigação e drenagem) . Assistência técnica à organização de produtores . Assistência técnica à administração rural . Implantação de unidades demonstrativas/observação . Capacitação de produtores rurais . Capacitação de jovens rurais. 	CEPLAC	Assistência técnica à produção vegetal	Orientação, assistência técnica e extensão rural relacionadas ao plantio e manutenção da lavoura de cacau.
			EMBRAPA	Unidades demonstrativas/observação	Assistência técnica através de treinamentos periódicos
			SEAGRI	Assistência técnica a produção animal	Orientação e apoio técnico à execução da assistência técnica à produção animal.

ANEXO 01

CONT.

Unidade Executora	Subordinação da Unidade executora	Atividades executadas nos NUAR's	Co-participação de outros órgãos ou unidades		
			Órgãos/unidades	Atividades	Especificações
Escritório da Secretaria de Estado da Agricultura	Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI)	Produção de mudas · implantação de viveiros centrais · implantação de viveiros comunitários	EMATER	Implantação de viveiros comunitários	Assistência técnica à implantação e manutenção dos viveiros comunitários

ANEXO 01

CONT.

Unidade Executora	Subordinação da Unidade Executora	Atividades Executadas nos NUAR's	Co-participação de outros órgãos ou unidades		
			Órgãos/unidades	Atividades	Especificações
Armazens	Companhia Brasileira de Armazenamento - (CIBRAZEM)	<ul style="list-style-type: none"> . entrega de sacarias . recebimento dos produtos . classificação dos produtos . entrega dos produtos para comercialização 	Secretaria de Estado da Agricultura (Delegacia Regional)	Classificação dos produtos	Colaboração na execução análise do serviço de classificação dos produtos através de engenheiro agrônomo pertencente a Secretaria de Estado da Agricultura,

DEMONSTRATIVO DAS METAS/RECURSOS FINANCEIROS - 1985/86

PROJETO EXECUTIVO/METAS	INDICADORES		RECURSOS (Cz\$1.000,00)
	UNIDADE	QUANTIDADE	
I - GERÊNCIA ESTADUAL DE RONDÔNIA (CGP-SEPLAN/RO)			
1.1 - Manutenção das Atividades de Coordenação	PERCEN	100	<u>500.000</u>
1.2 - Manutenção Grupo de Implantação de NUAR's	PERCEN	100	<u>1.000.000</u>
1.3 - Consolidação da Infra-estrutura física dos NUAR's	NUAR	22	<u>1.300.000</u>
1.3.1 - Sistema de Água	NUAR	22	500.000
1.3.2 - Sistema de Energia	NUAR	22	800.000
1.4 - Manutenção das Atividades Co-administrativas			<u>300.000</u>
1.4.1 - COHAB-RO	PERCEN	100	100.000
1.4.2 - SEAGRI/CEPA	PERCEN	100	200.000
1.5 - Recursos a Programar	-	-	1.200.000
TOTAL			4.300.000

PROJETO EXECUTIVO / METAS	INDICADORES		RECURSOS (Cz\$1.000,00)
	UNIDADE	QUANTIDADE	
II - EDUCAÇÃO (SEDUC)			
1. <u>Elaboração e Impressão de Material</u>			
1.1 - Elaboração e Impressão de Apostilas e Folhetos	Apostilas e Folhetos	Diversos	40.000
1.2 - Reimpressão dos Livros de I a VIII séries	Livros	100.000	1.100.000
2. <u>Apoio Técnico-Pedagógico</u>			
2.1 - Visitas de Supervisão para Apoio Técnico-Pedagógico e Administrativo e de Assistência ao Educando	Visitas	80	360.000
3. Manutenção de material de limpeza das Escolas de 1º Grau e Unidocentes	um	Diversos	500.000
4. Aquisição de Material Escolar, Didático e Expediente	um	Diversos	1.100.000
5. Aquisição de Equipamento para Escolas de 1º Grau e Unidocentes	um	Diversos	500.000
TOTAL			3.600.000

PROJETO EXECUTIVO/ METAS	INDICADORES		RECURSOS (Cz\$1.000,00)
	UNIDADE	QUANTIDADE	
III - SAÚDE (SESAU)			
1 - SUPERVISÃO			
1.1 - Diárias	Diárias	2.500	400.000
1.2 - Material de Consumo			
1.2.1 - Combustível	Litros	50.400	141.200
1.2.2 - Peças de Reposição	Unid.	Diversos	89.600
1.2.3 - Material de Expediente	Unid.	Diversos	20.000
1.3 - Outros Serviços e Encargos			
1.3.1 - Manutenção de Viaturas	Conserto	Diversos	120.000
2 - ASSESSORIA			
2.1 - Contratação de Assessorias	Dias	440	200.000
3 - MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE (P.S)			
3.1 - Medicamento	Unid.	Diversos	1.700.000
3.2 - Manutenção de Postos de Saúde	Unid.	Diversos	700.000
4 - EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE			
4.1 - Bicicletas	Unid.	114	105.336
4.2 - Microscópios	Unid.	20	502.000
4.3 - Ambulância	Unid.	03	450.000
5 - OBRAS E INSTALAÇÕES			
5.1 - Construção das Unidades Mistas de P. Médici e N. Brasilândia	Unid.	02	1.000.515
TOTAL			5.428.571

CONT.

PROJETO EXECUTIVO/ METAS	INDICADORES		RECURSOS (Cz\$1.000,00)
	UNIDADE	QUANTIDADE	
IV - ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES (SETRAPS)			
01 - Organização da População Rural	Diárias de Campo	1.600	160.000
1.1 - Desenvolvimento de trabalho com 20 Associações	Visitas	600	90.000
	Reuniões	40	53.000
1.2 - Realização de Treinamentos c/agricultores sobre Associações e Cooperativas com 20 Núcleos			
Realização de Treinamentos	Treinamentos	56	93.400
1.3 - Campanhas c/agricultores (Saneamento Básico e erradicação da Malária) em 20 Núcleos			
	Campanhas	20	80.000
1.4 - Mutirões para conservação de estradas, postos de saúde e escolas)(20 Núcleos)			
Realização de Mutirões	Mutirões	40	40.000

PROJETO EXECUTIVO/ METAS	INDICADORES		RECURSOS (Cz\$1.000,00)
	UNIDADE	QUANTIDADE	
02 - Coordenação e Administração do Componente			
2.1 - Realização de Supervisão	Viagem	140	210.000
2.2 - Manutenção da Administração			
Realização de Despesas de Custeio (Telefone, xerox, reposição de peças de carros, propaganda e comunicação etc.)	Mês	12	187.000
2.3 - Aquisição de equipamentos para salas e veículos			
Aquisição de 2 Veículos	Veículos	02	110.000
Aquisição de equipamentos para salas	Salas	05	86.760
2.4 - Pagamento de 20 Técnicos de nível superior e 22 motoristas e encargos sociais			
Técnico Nível Superior	TNS	20	617.256
Técnico Nível Médio	TNM	22	372.744
TOTAL			2.100.000

PROJETO EXECUTIVO/ METAS	INDICADORES		RECURSOS (Cz\$1.000,00)
	UNIDADE	QUANTIDADE	
V - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER-RO)			
1 - Pagamento de pessoal (salários + encargos)	Nº Pessoal	142	3.492.292
2 - Diárias para Supervisão, Assessoramento , Treinamento em serviços, Intercâmbio Técnico avaliação.	Nº Diárias	1.453	382.135
3 - Manutenção das Unidades Operacionais (Materi al de Consumo e Serviço de Terceiros)	Nº Unidades	23	1.123.509
4 - Implantação de U.D (Unidade Demonstrativa) e U.O) Unidade Observação)	Nº Unidades	68	17.970
5 - Realização de Dia-de-Campo	Nº	17	17.000
6 - Capacitação de Produtores	Nº	520	62.140
7 - Capacitação de Jovens Rurais	Nº	700	31.274
8 - Cadastramento dos Produtores Assistidos	Nº	8.000	9.680
9 - Reposição de Veículos de apoio	Nº	07	364.000
TOTAL			5.500.000

CONT.

PROJETO EXECUTIVO/ METAS	INDICADORES		RECURSOS (Cz\$1.000,00)
	UNIDADE	QUANTIDADE	
VI - ABASTECIMENTO DE INSUMOS E PRODUÇÃO DE MUDAS (SEAGRI)			
1 - Produção de Mudass			
1.1 - Implantação de viveiros			
. aquisição de sementes e material botânico	-	-	737.880
. aquisição de sacolinhas	Milhas	3.500	400.000
. aquisição de fertilizantes	ton	20	30.000
. aquisição de defensivos	Kg	100	20.000
1.2 - Combustível e Lubrificantes	Litro	24.000	60.400
1.3 - Supervisão, fiscalização e acompanhamento - diárias	Unid.	2.936	190.000
1.4 - Cursos e treinamentos	Unid.	600	120.000
1.5 - Construção e manutenção de viveiros	-	-	100.000
1.6 - Serviço de Terceiros	-	-	60.000
1.7 - Veículos			
. Pampa	Unid.	10	425.000
. Caminhão 3/4	Unid.	06	465.000
1.8 - Equipamentos			
. Moto bomba	Unid.	20	24.000
1.9 - Material permanente	Unid.	-	67.620
TOTAL			2.700.000

PROJETO EXECUTIVO/.METAS	INDICADORES		RECURSOS (Cz\$1.000,00)
	UNIDADE	QUANTIDADE	
2 - Produção de Sementes			
2.1 - Implantação dos campos			
. aquisição de sementes básicas	ton	60	277.250
. aquisição de defensivos	-	-	30.000
. aquisição de sacaria	saca	37.233	121.699
2.2 - Combustível	litro	28.997	60.000
2.3 - Manuseio de sacaria na UBS	saca	57.233	10.000
2.4 - Inspeção, supervisão e acompanhamento	diárias	2.140	75.000
2.5 - Manutenção de veículo	-	-	2.500
2.6 - Material de consumo	-	-	40.000
2.7 - Treinamento e cursos	diárias	550	15.400
2.8 - Serviços de terceiros	-	-	20.000
2.9 - Veículos			
. Caminhão 3/4	Unid.	01	70.000
. Moto X 25	Unid.	06	60.000
2.10-Equipamentos	-	-	18.151
TOTAL			800.000
TOTAL GERAL			24.428.571

INFRAESTRUTURA DE AÇÕES SOCIAIS E DE APOIO A PRODUÇÃO EXISTENTES NOS NUAR's
- AGOSTO/1986 -

MUNICÍPIOS	NÚCLEOS	INFRAESTRUTURA / ÓRGÃOS QUE ATUAM						SITUAÇÃO OBSERVADA
		EMATER	SEAGRI	SETRAPS	SEMEC	SEMSAU	CIBRAZEM	
ARIQUEMES	ALTO PARAÍSO	X	X	NÃO EXISTE	X	X	X	
JARU	THEOBAMA	X	X	X	X	OBS	X	POSTO DE SAÚDE FECHADO POR MOTIVO DE TREINAMENTO (SEMSAU)
	STA. CRUZ DA SERRA	X	X	X	X	X	X	
	PEDRAS BRANCAS	X	X	OBS	X	OBS	NÃO EXISTE	ASSISTENTE SOCIAL NÃO RESIDE NO NÚCLEO
								POSTO DE SAÚDE FECHADO POR MOTIVO DE TREINAMENTO
OURO PRETO	NOVA UNIÃO	X	X	X	X	X	NÃO EXISTE	
	TEIXEROPOLIS	X	X	NÃO EXISTE	X	X	NÃO EXISTE	
JI-PARANÁ	NOVA COLINA	X	X	NÃO EXISTE	X	X	X	
CACOAL	NOVA BRASÍLIA	X	X	NÃO EXISTE	X	X	X	
ESPIGÃO D'OESTE	NOVA ESPERANÇA	X	X	X	X	X	NÃO EXISTE	
ROLIM DE MOURA	NOVO HORIZONTE	X	X	X	X	X	NÃO EXISTE	

OBSERVAÇÃO: Dados obtidos unicamente na pesquisa de campo nos NUAR's.

RELAÇÃO DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS DOS PRINCIPAIS ÓRGÃOS
ENVOLVIDOS NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PDRI-RO

ABREVIATURAS/SÍMBOLOS	DENOMINAÇÃO
<u>A - ÓRGÃOS FEDERAIS</u>	
CEBRAE	CENTRO BRASILEIRO DE ASSISTÊNCIA EMPRESARIAL
CEAG-RO	CENTRO DE APOIO A PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DE RONDÔNIA
CEPLAC	COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA
CFP	COMPANHIA DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO
CIBRAZEM	COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO
EMBRATER	EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
EMATER-RO	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE RONDÔNIA
EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
FAE	FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DO EDUCANDO
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
MA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
MI	MINISTÉRIO DE INTERIOR
MT	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SEPLAN-PR	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SUDECO	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE
<u>B - ÓRGÃOS ESTADUAIS</u>	
SEPLAN	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
SEDUC	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SESAU	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SEAGRI	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
SETRAPS	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL
DER-RO	DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGENS DE RONDÔNIA

ANEXO Nº 04 (CONTINUAÇÃO)RELAÇÃO DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS DOS PRINCIPAIS ÓRGÃOS
ENVOLVIDOS NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PDRI-RO

ABREVIATURAS/SÍMBOLOS	DENOMINAÇÃO
COHAB-RO	Companhia de Habitação de Rondônia
CAERD	Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia
CERON	Companhia de Energia Elétrica de Rondônia
C - ÓRGÃOS MUNICIPAIS	
SEMEC 's	Secretarias Municipais de Educação
SEMSAU 's	Secretarias Municipais de Saúde